UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

RENAN PEZZI RASTEIRO

ARQUEOLOGIA DOS JÊ DA BACIA DO RIO GRANDE: HISTÓRIA INDÍGENA NO NORTE DE SÃO PAULO E NO TRIÂNGULO MINEIRO

São Paulo
2015

RENAN PEZZI RASTEIRO

ARQUEOLOGIA DOS JÊ DA BACIA DO RIO GRANDE: HISTÓRIA INDÍGENA NO NORTE DE SÃO PAULO E NO TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Área de Concentração: Arqueologia

Orientadora: Profª. Drª.

Marisa Coutinho Afonso

Linha de Pesquisa:

02. Arqueologia e Ambiente

Versão corrigida.

A versão original encontra-se na biblioteca do MAE.

Assinatura do orientador

São Paulo
2015

SUMÁRIO

Índice de Siglas

Índice de Figuras

Índice de Tabelas

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO 11

1. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA INDIGENA: ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO 17

1.1 Arqueologia como história indígena de longa duração 20

1.2 A Etno-história como abordagem metodológica 24

1.3 Arqueologia e Colonialismo 29

2. OS SENHORES DO SERTÃO: DADOS HISTÓRICOS ACERCA DOS JÊ NA BACIA DO RIO GRANDE 36

2.1 Os primeiros contatos no século XVII 40

2.2 O século XVIII e a guerra declarada 42

2.3 O século XIX e o expurgo dos Kayapó Meridionais 45

2.4 Novos dados do século XX: os Kayapó Meridionais e os Panará 49

3. EVIDENCIANDO O PASSADO REGIONAL: DADOS ARQUEOLÓGICOS DOS GRUPOS JÊ DO RIO GRANDE 53

3.1 Histórico da Arqueologia no Norte de São Paulo 55

3.2 Histórico das pesquisas arqueológicas no Triângulo Mineiro 59

3.3 Caracterização dos sítios arqueológicos Jê do Rio Grande 63

3.4 Levantamento nos municípios e nos arquivo do IPHAN (MG e SP) 69

CONCLUSÃO 82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 90

ANEXO I – BANCO DE DADOS - NORTE DE SÃO PAULO 101
ANEXO II – BANCO DE DADOS - TRIÂNGULO MINEIRO 102
ANEXO III – PRANCHAS DE FOTOS – MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO 103
ANEXO IV - MAPAS PRODUZIDOS NA PESQUISA EM FORMATO A3 104

ÍNDICE DE SIGLAS

AES – *Applied Energy Services* - referente a AES Corporation uma das empresas que compraram a estatal Eletropaulo Metropolitana em 1998.

AHE – Barragens para Aproveitamento Hidrelétrico

AP – Antes do Presente

C14 – Referente ao método de datação por Carbono 14

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EIA-RIMA – Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental

GD8 – Sigla utilizada para designar a Unidade de Planejamento e Gestão de Recurso Hídricos do Baixo Rio Grande

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia

PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SPI – Superintendência de Proteção ao Índio

TL – Referente ao método de datação por Termoluminescência

UFVJM - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri-MG

UGRHI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos

UHE – Usina Hidrelétrica

USP – Universidade de São Paulo-SP

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da área de pesquisa.....14

Figura 2 - Mapa da "Estrada dos Goiases" (LOURENÇO, 2005 p. 53).....38

Figura 3 - Mapa da Província de São Paulo, em 1850. Recortado do Brasilien und Guiana (with) Umgebung von Rio Janeiro. E. Biedermann sculp. (Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860)….....40

Figura 4 - Mapa dos aldeamentos indígenas no Triângulo Mineiro no século XIX (LOURENÇO, 2005; MORI, 2015) 47

Figura 5 - Croqui das Aldeias Kayapó no Triângulo Mineiro, segundo Odair Giraldin (GIRALDIN, 2000).....51

Figura 6 – Levantamento de Sítios Arqueológicos do Estado de São Paulo (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).....58

Figura 7 – Sítios Arqueológicos pré-coloniais por município e bacias hidrográficas de Minas Gerais, 1698 sítios relacionados por município (DELFORGE, 2010).....60

Figura 8 – Sítios Arqueológicos registrados na Bacia do Rio Grande em Minas Gerais, 49 sítios arqueológicos pré-coloniais georreferenciados (DELFORGE, 2010).....61

Figura 9 - Gráfico de nº de sítios por bacia hidrográfica na área pesquisada.....72

Figura 10 - Gráfico de nº de sítios arqueológicos por tipo.....73

Figura 11 - Mapa com nº de sítios por município da área pesquisada.....74

Figura 12 – Gráfico Sítios cerâmicos da região – Categorias Classificatórias.....75

Figura 13 - Sítios arqueológicos cerâmicos cadastrados na área pesquisada.....77

Figura 14 - Mapa com as áreas sem informação de sítios.....79

Figura 15 - Mapa da ocupação indígena da Bacia do Rio Grande (dados históricos, arqueológicos e orais).....88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Sítios Jê/Aratu na área da pesquisa 68
Tabela 2 – Datações para os sítios Jê da região norte do estado São Paulo 71

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradece a minha família, nas pessoas dos meus pais Casemiro e Sônia, por todo amor, apoio e incentivo que me deram toda vida, e que me permitiram ser quem sou hoje.

A minhas avós queridas, verdadeiras matriarcas, Tereza e Maria, que sempre trabalharam duro pra dar condições de estudos para toda a família.

Ao meu irmão Thiago e meu primo Vitor por toda ajuda.

À professora, orientadora e amiga Marisa Coutinho Afonso que me acolheu e me direcionou nessa caminhada, obrigado pela confiança.

A Suélen por todo amor, carinho e paciência, que teve e tem comigo, e que sempre estava lá para me levantar no momento em que parecia que nada ia dar certo.

Aos meus eternos amigos Da Hora, Naca e Gabi, obrigado por todos os momentos juntos e por sempre me ajudarem quando mais precisei.

À minha turma de Bebedouro, Malpica, Rick, Everton, Brunão que mesmo longe estão presentes nos meus pensamentos.

Aos meus amigos e irmãos da Fingan, Zá, Palas, Graco, Doca, Marcelão, Evertinho, João, Gabiru, Mineiro, Trick, Ian e Marcel, que acompanharam toda minha trajetória universitária na UNESP/Araraquara;

As minhas queridas meninas da Olimpo, Lígia, Renata, Paula e Marcelinha

Aos amigos da Arqueologia e da vida, Rafael Abreu, Marcel Lopes, Luana Antoneto, Luciana Bozzo, Marcinha Hattoori, Louise Prado, Tay Gama, Wagner Magalhães, aprendi muito com vocês.

Aos amigos Fábio e Robert, os “bobões”, pelos melhores campos, risadas e aprendizados que tive com certeza,

À turma da pensão “Antiga Igreja”, Andres, João, Mariana, Emanuel, Monica, Vinicius, Gaspard, Tábita, Lorena, que foram fundamentais na minha vida em São Paulo,

A todos os amigos da Fundação Araporã, principalmente a Laura, Cleso, Daniel e Letícia, por todo apoio e companheirismo durante a minha jornada, sem vocês isso não teria sido possível.

Ao pessoal da Zanettini Arqueologia, nas pessoas de Paulo e Camila, por serem sempre ótimos parceiros e estarem presentes nos meus primeiros passos na Arqueologia.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE, importantes na minha formação intelectual, em especial Fabíola, Edu e Márcia.

Aos servidores do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Cleberson, Regina, Karen, Hélio e todos os outros que ajudaram na minha caminhada do mestrado.

Ao pessoal do IPHAN de São Paulo, principalmente Rafael, Fabi e Cinthia, pelo auxílio em minha pesquisa.

Ao pessoal do IPHAN de Belo Horizonte, Igor, Gustavo e Alexandre pelo trabalho bem feito que facilitou muito o levantamento;

Ao pessoal da PUC-MG, por me receber tão bem e mostrar todo acervo arqueológico que possuíam.

Agradeço aos professores Fabíola Andrea Silva, Lúcio Tadeu Mota, Andrei Isnardis e José Luiz de Morais pelas leituras atenciosas e pelas valiosas contribuições, tanto no exame de qualificação, quanto na defesa da dissertação.

Agradeço especialmente ao meu professor, tutor e amigo, Robson Rodrigues, que me acolheu e me apresentou o mundo da Arqueologia. Suas orientações e críticas, durante todo meu percurso, foram essenciais para minha formação. Obrigado por toda a ajuda. Esse trabalho também é seu!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de Mestrado, fundamental para que essa pesquisa se realizasse.

Por fim, agradeço a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, durante esse processo de aprendizado.

RESUMO: Essa dissertação tem como objetivo organizar os dados etno-históricos e arqueológicos da região da Bacia do Rio Grande, norte de São Paulo e Triângulo Mineiro, tendo como foco os grupos indígenas Jê, denominados nos documentos como Kayapó Meridionais (ou do sul). A partir da documentação relacionada a cronistas, naturalistas, viajantes, religiosos e exploradores que percorreram a área entre os séculos XVII e XIX, se evidencia o movimento de resistência empreendido pelos indígenas em relação às frentes de expansão sertanistas da época. Através de um levantamento e da sistematização de dados a respeito dos sítios arqueológicos já identificados na área, se dá início a uma projeção da história desses indivíduos. Dessa maneira a pesquisa fornece dados que auxiliam a inserção do indígena no discurso de formação da história regional, além de colaborar com as futuras pesquisas sobre a Arqueologia do grupos Jê na Bacia do Rio Grande.

Palavras-chave: Grupos Jê, História Indígena, Bacia do Rio Grande

ABSTRACT: This dissertation has the intention to present some reflections on the ethnohistory and archeology of the Rio Grande Basin, north of São Paulo and *Triângulo Mineiro*, aiming on indigenous groups Southern Ge, named in documents as Southern Kayapó From the documentation associated to writers, naturalists, travelers, religious and explorers who traveled the area between the seventeenth and nineteenth centuries, it is demonstrated the resistance movement waged by the indigenous regarding the *sertanistas* expansion fronts of the time. Through a survey and systematization of data on archaeological sites that have been identified in the area, it initiates a projection of the history of these individuals. In this way the research will provide data to assist in the integration of the indigenous in the regional history of speech training, and collaborate with future research about the Archaeology of Southern Ge groups.

Keywords: Ge groups, Indigenous History, the Rio Grande Basin

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muito se tem discutido sobre o modo homogeneizado e estereotipado nos quais os indígenas brasileiros vem sendo retratados, tanto nos livros didáticos, quanto na historiografia tradicional. Para os antropólogos ligados à Etnologia esse é um dos principais focos dos debates atuais na realidade brasileira.

Essa preocupação culminou em um aumento no número de dissertações e teses que buscam aprofundar a questão e procuram uma alternativa que diminua com os pré-conceitos. Jornais, revistas, boletins, além é claro das organizações não governamentais, especializados nas questões indígenas, vem se dedicando à ampliação do debate com a população.

Porém, analisando a mídia, nota-se que parte dessa não demonstra imparcialidade e resgata elementos etnocêntricos que se cristalizaram no imaginário popular. Reproduzindo termos como "aculturados", evidenciando a falta de preparo dos jornalistas quanto à realidade indígena contemporânea[1].

Ultimamente há um contínuo esforço de antropólogos e historiadores em investir na compreensão dos modos pelos quais esses estereótipos vêm se reproduzindo na historiografia brasileira e como, através de diversas associações, tem sido construída a imagem do indígena no discurso de formação da história brasileira.

Na bibliografia histórica brasileira sobre o tema, tanto em escala nacional quanto regional, há uma reprodução de discursos produzidos ao longo de uma trajetória política, social e econômica, procedentes das próprias ciências humanas no país. Ao se entender essa trajetória, talvez seja possível tornar os conteúdos das pesquisas acadêmicas realizadas disponíveis a um público mais amplo.

Por conta de um constante decréscimo populacional, hoje devido, principalmente ao genocídio promovido por latifundiários, é comum nos estudos contemporâneos que não se considere a organização sociocultural das comunidades indígenas atuais como

---

[1] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/indios-assassinos-nao-creio-chamem-rousseau/>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/um-espectro-ronda-a-questao-indigena-no-brasil-gilberto-carvalho-caso-dilma-mande-mesmo-o-homem-para-a-funai-e-muito-mais-imprudente-do-que-parece/>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1005200920.html>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

representações das populações pré-coloniais (ROOSEVELT, 1989). Com certeza existe uma dinâmica constante nos seres humanos que nos permite confirmar tais considerações, porém é fato que faltam estudos arqueológicos que tenham como objetivo entender os impactos causados pelos europeus e que possibilitem uma melhor leitura sobre as mudanças trazidas pela colonização. Os dados fornecidos pela pesquisa arqueológica podem evidenciar as maneiras que esses grupos ocupavam a paisagem, o modo como faziam uso dos recursos disponíveis e a densidade populacional em regiões específicas.

Estudos que façam a integração sistemática da Arqueologia, Antropologia e História, e que considerem o registro arqueológico como um documento para a interpretação e reconstrução da história, são de essencial importância para o desenvolvimento destas compreensões. No entanto, infelizmente, poucos trabalhos foram desenvolvidos com esse intuito, aumentando e reforçando a tendência do uso de termos construídos na perspectiva colonial, onde a história indígena é vista apenas como uma parte da história dos europeus na América.

Segundo Neves (1995), quando tentamos entender a história indígena dois tipos de documentos são importantes, os históricos escritos no contexto colonial, e a tradição oral das populações indígenas. Ambos os tipos de dados apresentam um potencial informativo enorme, porém possuem algumas limitações. No caso dos documentos históricos podemos afirmar que a maioria destes exibem descrições vagas sobre as características dessas populações. No caso dos povos indígenas da região pesquisada, como veremos, os dados se concentram em destacar a violência desses grupos para com as frentes sertanistas, poucas são as descrições acerca dos assentamentos, densidades e composições da vida doméstica. No caso da tradição oral a dificuldade é alinhar essa oralidade a uma linha cronológica, justamente por conta das narrações serem feitas dentro de concepções de tempo próprias de cada comunidade.

Baseada nessa perspectiva a presente dissertação tem como principal objetivo contribuir para o avanço das pesquisas arqueológicas sistemáticas nos contextos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e tem como foco os grupos indígenas pertencentes aos falantes da família linguística Jê, do tronco Macro-Jê, denominados nos documentos históricos regionais como Kayapó Meridionais[2].

[2] O nome Kayapó será aqui tratado com a letra "K", segundo a convenção assinada em 1953, no âmbito da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, que buscava uniformizar os nomes das sociedades indígenas brasileiras nos

A área analisada abarca parte da Bacia do Rio Grande, nas duas margens do rio, sendo a margem direita o estado de Minas Gerais e margem esquerda o estado de São Paulo. O trecho analisado parte desde a confluência do Rio Canoas onde se iniciam as divisas dos estados de SP e MG, até a junção Rio Grande como Rio Paranaíba formando o Rio Paraná. Na região paulista a área abarca três unidades de Recursos Hídricos sendo elas a bacia do Turvo-Grande (UGRHI 15), a bacia do Baixo-Pardo/Grande (UGRHI 12) e a bacia Sapucaí-Grande (UGRHI 8), em uma área de cerca de 100 municípios. Já na margem mineira, a pesquisa se ateve somente aos municípios diretamente banhados pelo Rio Grande, mais especificamente o Baixo- Grande (GD8), totalizando 19 municípios (Figura 1).

textos de língua portuguesa. Porém, aqui ressalto que por vezes verão, ao longo do texto a grafia Cayapó ou Caiapó com "C", que corresponde à grafia presente nos documentos históricos anteriores a convenção, e que optamos por manter nas citações. Vale lembrar também que esses Kayapó a que a dissertação se refere, a priori não possuem nenhuma relação direta com os Kayapó Setentrionais ou Mebengokre, que vivem nos estados do Mato Grosso e Pará.

Figura 1 – Mapa da área de pesquisa

Procura-se iniciar uma reflexão sobre um tema que já vem sendo discutido em várias regiões do Brasil, mas que na Bacia do Rio Grande (São Paulo e Minas Gerais) ainda é pouco debatido, a questão da invisibilidade do indígena no discurso de formação da história regional e a importância da Arqueologia para reconstrução de uma história

indígena local. Essa ideia parte de uma constatação acerca da irrelevância dada para os grupos indígenas que ocuparam a área localizada na Bacia do Rio Grande.

Tomando essas ideias como base fundamental da pesquisa estipulou-se no plano inicial alguns objetivos:

- Contribuir para a Arqueologia Regional do norte de São Paulo e do sul do Triângulo Mineiro, incluindo informações etno-históricas para colaborar na construção de uma história indígena, principalmente no período colonial.
- Desenvolver um mapa da ocupação dos grupos ceramistas Jê na região do Rio Grande.
- Realizar levantamentos de dados em museus, bibliotecas e arquivos em municípios-chave da região; além de pesquisar os possíveis relatos orais sobre a ocupação dos Jê da região.
- Relacionar o conhecimento adquirido com a cultura material encontrada na região, mais especificamente a dos sítios arqueológicos cerâmicos e lito-cerâmicos que tem ligação com a Tradição Aratu.

Dessa maneira a dissertação foi dividida em quatro capítulos e a conclusão, separados da forma mais didática possível.

No capítulo 1, descrevem-se os personagens desse levantamento bibliográfico, apresentando assim os Jê, foco de nossa pesquisa, e os sertanistas, protagonistas da expansão colonial para o interior do país. Além disso, faz-se uma breve descrição da fisiografia da área com a finalidade de situar e delimitar o objeto.

Em seguida, no capítulo 2, demonstra-se a abordagem teórico-metodológica que guiou a coleta e a interpretação dos dados da pesquisa, citando os trabalhos que inspiraram a presente dissertação.

No capítulo 3, expõem-se os dados históricos sobre os grupos Jê da região, citados nos documentos como “Caiapó” ou Bilreiros, evidenciando os dados encontrados do século XVII até o século XX, tentando assim estabelecer uma breve historiografia dos grupos Jê da região, durante o período colonial e pós-colonial.

Apresentam-se, no Capítulo 4, os dados dos levantamentos arqueológicos da região da Bacia do Rio Grande, com o fim de fornecer uma base de dados consistente

para as futuras pesquisas sistemáticas na área e de traçar breve ideia do que foi o período pré-colonial.

Como o objetivo central desse trabalho é delinear uma história indígena de longa duração para os povos da região, buscam-se no registro arqueológico os dados dos primeiros movimentos desses grupos, para então avançar-se para os documentos históricos do período colonial e pós-colonial, comparando-os, quando possível, com os sítios arqueológicos de período mais recente, para que assim, se possa dar início a uma projeção etnográfica de quem foram esses indivíduos.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA INDÍGENA, COLONIALISMO E O ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa arqueológica não se faz somente com base no passado, mas sim nas relações dialéticas entre passado/presente e indivíduo/objeto, a interpretação do passado sempre ocorre de acordo com o contexto do presente (HODDER, 2009).

A Arqueologia pode ser compreendida como a disciplina que possui uma maneira particular de entender as relações humanas e seus passados, através das interações com os objetos e com a paisagem, o que é fonte constante de críticas por parte de outras áreas da ciência.

Atualmente nota-se uma constante dissolução das identidades nacionais fruto dos avanços da globalização. Nesse contexto, o passado como herança contribui para a construção das identidades e o sentimento de pertencimento a algum lugar em relação à universalização dos espaços. A Arqueologia colabora, no momento em que se volta para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos, para alcançar uma maior compreensão das pessoas no presente para, a partir disso, ampliar o conhecimento do passado (CORRÊA, 2013 p. 26). Porém o que se nota na Arqueologia americana é um descompasso entre os estudos arqueológicos e a construção de uma história que insere os grupos indígenas na formação das identidades nacionais.

O afastamento entre a Arqueologia e a História, no continente americano, ocorre no início do século XIX. No Brasil essa afirmativa fica mais evidente quando demonstramos uma maior utilização dos dados etnográficos nos estudos relacionados às populações indígenas. Estes eram considerados povos “sem história” e estáticos, cabendo a eles somente estudos de cunho etnográfico (VARNHAGEN, 1978). No pós Segunda Guerra a Arqueologia brasileira reforça essa concepção ao adotar o conceito francês de “pré-história” para se referir aos povos ágrafos. Dessa maneira os indígenas são afastados da formação de uma história nacional, mesmo quando são citados pelos romancistas, são colocados como extintos e idílicos, nunca conectados com as atuais populações indígenas. Mesmo com o vínculo criado entre a Arqueologia e Antropologia, a concepção que se tinha adotado, para esses indígenas, se aproximava ao conceito de “sociedades frias” de Lévi-Strauss, ideia essa que Joanna Overing explica:

> A mais famosa de todas as formulações da a-historicidade dos povos indígenas é a de Lévi-Strauss (…) [que] estabelece sua famosa distinção (muitas vezes entendida de modo equivocado) entre sociedades "quentes" e "frias". Ao estabelecer este contraste, o autor separa os povos dotados de história dos que não a possuem. Ele argumenta que estes últimos deliberadamente subordinam a história ao sistema e à estrutura, e por causa desta subordinação as sociedades onde eles vivem podem ser chamadas de "frias" (…). Essa atemporalidade, segundo ele, é um princípio que visa a *eliminação da história* (...). (OVERING, 1995 p.108)

Interessante ressaltar o termo "equivocado", por parte da autora, pois é justamente esse o termo que explica melhor a utilização deste por parte dos pesquisadores brasileiros da época. Lévi-Strauss em 1958 retoma em sua obra *História e Etnologia,* a discussão sobre sociedades quentes e frias, falando justamente sobre a equivocada interpretação feita sobre os conceitos:

> Imputar a mim a mesma concepção errônea implica um equívoco sobre o sentido e o alcance da distinção que propus fazer entre "sociedades frias" e "sociedades quentes". Ela não postula, entre as sociedades, uma diferença de natureza, não as coloca em categorias separadas, mas se refere às atitudes subjetivas que as sociedades adotam frente à história, às maneiras variáveis com que elas a concebem. Algumas acalentam o sonho de permanecer tais como imaginam ter sido criadas na origem dos tempos. É claro que elas se enganam: tais sociedades não escapam mais da história do que aquelas — como a nossa — a quem não repugna se saber históricas, encontrando na ideia que têm da história o motor de seu desenvolvimento. (LÉVI-STRAUSS, 1998 p. 108).

Errôneo ou não, a questão que o autor queria demonstrar é justamente que existem diferentes tipos de historicidade, propondo-se a pensar a história a partir da Antropologia, ou seja, da diversidade, e não classificar esses grupos indígenas em povos sem história.

Na Arqueologia Brasileira, a interpretação enganosa de conceitos de outras disciplinas reforçou a ideia de dissociação entre o registro arqueológico e as populações indígenas, estabelecendo a impossibilidade de se fazer qualquer conexão entre o passado arqueológico e o presente etnológico.

Somente nas últimas décadas esse contexto começa a mudar devido à adoção de novas metodologias ligadas à História por parte tanto da Arqueologia quanto da Antropologia. No caso da Arqueologia observamos uma crítica mais frequente na área,

que busca descolonizar termos e conceitos há muito tempo utilizados pela disciplina, como é o caso do termo pré-história que aos poucos vem sendo substituído pelo termo pré-colonial (BARRETO, 1999/2000). Com essas novas abordagens, políticas e socialmente mais conscientes, os grupos indígenas começam a ser entendidos como agentes ativos da história do continente americano.

Essas mudanças se devem, em boa parte, a uma busca por um maior rigor teórico e, consequentemente, a introdução de novos conceitos trazidos de outras disciplinas como a linguística e a sociologia. O movimento se dá, sobretudo, através de uma arqueologia pós-processualista e que traz para as pesquisas arqueológicas uma nova série de problemáticas que vão além dos processos e comportamentos, considerando temas como agência e contingência (LANGEBAEK, 2005).

É nessa nova empreitada teórica que podemos ver uma crescente busca pela compreensão das interações sociais, mudanças e continuidades na história dos povos indígenas, adotando-se então o conceito de *longue durée* de Braudel. Na Arqueologia, o termo começa a ser utilizado na década de 1980, e ganha destaque com uma coletânea de trabalhos reunidas por Hodder (2009), e que apresenta diversas pesquisas realizadas sob a perspectiva da história de longa duração. Em sua síntese Hodder destaca o papel da Arqueologia para a construção de uma história mais profunda e detalhada, uma vez que os objetos da disciplina arqueológica permeiam, constantemente, entre a cultura material e o universo simbólico.

O fundamento elementar do conceito de longa duração é formado pela ideia de mudanças estruturais lentas e discretas, porém estas mudanças são derivadas de eventos específicos ou de curta duração que, por sua vez, provêm da junção de diversas ações individuais. Estes estariam envolvidos por uma estrutura maior com mudanças perceptíveis, conhecida por história social ou de média duração. Estas mudanças, em curto prazo, criam a então história de longa duração (BRAUDEL, 1992). Destaca-se que a relação de interdependência entre a história de curta duração e a de longa duração é de extrema importância para a análise arqueológica (CÔRREA, 2013 p. 26).

No Brasil a utilização do conceito de longa duração tem sido empregado com mais frequência por pesquisadores que buscam articular o registro arqueológico com as populações indígenas, adiante veremos algumas pesquisas de referência que buscam trabalhar sob esta perspectiva que parte dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história mais profunda desses grupos. De modo geral as pesquisas arqueológicas

que se utilizam do conceito de longa duração estão inseridas dentro de um movimento maior denominado de história indígena. Tais coligações que buscam fazer uma história indígena de longa duração somente podem ser feitas a partir de uma interdisciplinaridade que envolva os resultados obtidos por um grande número de pesquisas.

Tendo essas ideias como referências, a abordagem teórica que orienta a presente dissertação procurará articular de forma transdisciplinar a análise de documentos históricos primários e secundários, os dados arqueológicos da região e as possíveis analogias etnográficas de povos Jê atuais, para tal a Etno-história aparece como metodologia interessante (MOTA, 2014).

Da perspectiva pré-colonial dos Jê, a pesquisa se baseou nos levantamentos e dados registrados no decorrer dos anos feitos por diversos arqueólogos (amadores ou profissionais) que estiveram na região e que realizaram trabalhos sistemáticos ou não, além dos dados fornecidos pela empresas de arqueologia que vem atuando na área a partir da Arqueologia Preventiva. Já no período colonial, no qual se procurou focar, além das pesquisas arqueológicas que citaremos, atenta-se para uma Arqueologia do Colonialismo que busca analisar as documentações históricas e os vestígios materiais com a finalidade de compreender as possíveis mudanças e continuidades, derivadas das relações coloniais, que podem ter ocorrido com esses grupos Jê.

Desse modo, a articulação com a crítica pós-colonial insere esse trabalho como parte de um discurso político maior que vem sendo realizado por diversos pesquisadores e instituições. Em um momento político aonde as minorias indígenas vem sendo massacradas por latifúndios, frutos de sementes coloniais, o debate sobre a importância das populações indígenas na história se faz necessário e inevitável.

1.1 Arqueologia como história indígena de longa duração

A ideia de Arqueologia como história indígena pressupõe, a priori, a contribuição de outras áreas das humanidades como a Antropologia, a História, a Etnologia e a Linguística de modo a construir hipóteses mais concretas sobre as continuidades e mudanças ocorridas em cada comunidade, ou seja, a elaboração de um processo histórico de longa duração. Implica ainda que se trabalhe com a cultura

material em articulação com outros dados, como os da Etnologia, permitindo o entendimento das populações indígenas de maneira mais dinâmica e fluida.

No Brasil, grande número de trabalhos vem sendo realizados utilizando-se de dados provenientes de outras disciplinas para determinar seus modelos teórico-metodológicos. As atuais pesquisas etnológicas e antropológicas têm permitido aos arqueólogos uma compreensão mais dialética em relação ao registro arqueológico, contribuindo para que os pesquisadores entendam a cultura material a partir das particularidades socioculturais de cada grupo, facilitando assim o desenvolvimento da percepção sobre os processos de variabilidade/mudança e dispersão/concentração dos indivíduos estudados (CORRÊA, 2013, p.27).

Dentre os trabalhos que buscaram articular a Arqueologia com outras disciplinas das humanidades destaca-se a dissertação de mestrado de Francisco Silva Noelli (1993), intitulada *Sem Tekohá não há Tekó: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*. Neste trabalho, o autor teve como principal objetivo o estudo do povo Guarani, com atenção especial ao sítio Arroio do Conde, centro-leste do Rio Grande do Sul, na tentativa de estabelecer uma síntese de elementos comuns deste povo quanto a espacialidade das estruturas e assentamentos, captação de recursos, estratégias de subsistência e língua. A pesquisa apresenta uma extensa síntese histórica a respeito dos Guarani, e busca defender a tese de que análises arqueológicas demonstram que não ocorreu nenhuma transformação significativa na cultura material preservada dos Guarani, sobretudo quanto ao material cerâmico e lítico, até o contato com os europeus, muito embora o autor admita haver, até o período em que a pesquisa se desenvolveu, poucas informações arqueológicas consistentes recolhidas sobre esse povo (NOELLI, 1993, p. 12). Em seu projeto, Noelli não realizou campo, mas deu atenção a algumas áreas específicas, desenvolvendo ampla síntese sobre os Guarani da região do Rio Jacuí-RS. Da mesma maneira que o autor, procura-se nessa pesquisa levantar dados que nos permitam compreender melhor as transformações sofridas pelos povos Jê da região da bacia do Rio Grande.

Jorge Eremites de Oliveira em sua tese de doutorado, defendida em 2002, também oferece inspiração teórica, ao buscar compor uma história indígena total sobre os povos indígenas das terras baixas do Pantanal mato-grossense. Em sua pesquisa o autor vai analisar criticamente a história e historiografia da arqueologia pantaneira,

partindo da segunda metade do século XIX até meados do século XX. Seu levantamento trata desde os primeiros pescadores-caçadores-coletores do período pré-colonial até os contemporâneos canoeiros Guató. Para tanto, Eremites utilizou documentos textuais históricos, dados de pesquisas arqueológicas, históricas e antropológicas, além de trabalhar com informações recolhidas sobre a tradição oral do Guató (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002). Dessa forma o pesquisador articulou com diversas fontes, produzindo por fim um interessante quadro sociocultural dos indígenas da região pantaneira, ideia semelhante à que essa pesquisa busca para os grupos Jê do Rio Grande.

A tese de doutorado de Eduardo Góes Neves intitulada *Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Northwest Amazon*, defendida em 1998, pela *Indiana University* nos Estados Unidos, também fornece aporte teórico-metodológico para nossa pesquisa. Nesse trabalho o autor busca compreender a antiguidade do sistema regional multiétnico localizado no Alto Rio Negro. Sua pesquisa contou com prospecções em três áreas situadas no baixo Uaupés, um dos principais afluentes do Rio Negro. Com isso foram encontrados 13 sítios arqueológicos, dos quais 3 foram escavados, permitindo que Neves evidenciasse a antiguidade do sistema regional desses povos indígenas. Esses dados corroboravam com os dados linguísticos, vestígios arqueológicos musealizados e a análise da tradição oral dos Tariana, um dos grupos que ocupam a região há mais tempo. Portanto, através da união dos dados existentes para área e a análise crítica dos mesmos, o autor propôs uma reconstituição da história indígena de pelo menos dois milênios de existência (NEVES, 1998). Apesar de nossa pesquisa não realizar o campo arqueológico (prospecção e escavação), se utiliza da mesma ideia de Neves ao fazer uma análise crítica aos documentos históricos e da bibliografia arqueológica para contribuir com a formulação inicial de uma história indígena local.

Cabe ressaltar que a Arqueologia também tem contribuído imensamente com as outras áreas, como afirma Rede (1996):

> ...a trajetória da arqueologia vem contribuindo para alargar os horizontes, deslocando o foco das considerações ideológicas, mas sem as perder de vista, para as relações sociais. Do mesmo modo, abordagens alternativas na própria antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política (REDE, 1996 p.244).

Dentro da Arqueologia tem-se a Etnoarqueologia, que ao buscar os dados etnográficos "*in loco*" em sociedades contemporâneas, procura responder problemáticas ligadas ao entendimento arqueológico. A partir da utilização dos dados coletados os pesquisadores vão formular as suas próprias interpretações. Desta maneira essa subdisciplina contribui para a verificação das possibilidades que geraram e/ou geram mudanças e continuidades ao longo do tempo de determinado grupo (SILVA, 2000). As atuais pesquisas dessa área permitem aos arqueólogos entender melhor os mecanismos pelos quais se dá a transmissão e manutenção dos etnoconhecimentos entre as gerações, e ainda possibilita a melhor compreensão dos processos de migração, ocupação e exploração dos territórios estudados (SILVA, 2009).

Do mesmo modo que a associação entre Etnografia e Arqueologia possibilita novas incursões, a correlação entre Etnografia e História acaba por configurar a Etno-história. Essencialmente interdisciplinar a Etno-história, dada como método por Trigger (1982), como veremos adiante, busca concatenar dados históricos, etnográficos e linguísticos de modo a possibilitar uma melhor formulação e interpretação das dinâmicas sociais das populações indígenas. Apesar das críticas à separação de "história indígena" da "história geral", esta ainda se apresenta como um método produtivo, no momento em que consegue, por meio das consultas a documentos e da oralidade (história oral, mitos, genealogias...), acessar importantes informações que permitem a melhor interpretação do registro arqueológico (CORRÊA, 2013 p. 28).

Para a atual pesquisa, fazer uma história indígena de longa duração envolve reunir os resultados de diversas disciplinas, procurando enriquecer as hipóteses arqueológicas através dos dados linguísticos, etnográficos e históricos. No entanto, mais do que isso, deve-se buscar o estabelecimento de um diálogo pluridisciplinar entre as diferentes formas de se pensar essa história (HECKENBERGER, 2001 p. 25).

A procura pela compreensão da relação passado/presente deve sem dúvida consorciar os resultados obtidos pelas diversas pesquisas das mais variadas áreas, sendo

essa também o maior desafio para a elaboração de uma história indígena de longa duração (CORRÊA, 2013, p 28).

1.2 A Etno-história como abordagem metodológica

A Etno-história como instrumento de análise da história das populações indígenas ganha força a partir do século XX. O primeiro registro sobre o uso do termo Etno-história data de 1909, quando Clark Wissler o emprega ao se referir à utilização de dados arqueológicos e documentos históricos para a reconstrução da história de povos indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008), nas palavras de Wissler:

> In the main, all have followed the same general method of reconstructing the prehistoric culture by welding together the available ethno historical and archaeological data, a method justified by the failure to find neither local evidences of great antiquity nor indications of sucessive or contemporaneuos culture types. (WISSLER, 1909, p. xiii)

Inicialmente a pretensão da Etno-história seria a de compor a história de povos ágrafos, utilizando-se para isso de fontes produzidas por outros povos, geralmente em situação colonial. Porém, o que notamos é que essa ambição ampliou seus limites, chegando à ideia de que a Etno-história é um método interdisciplinar de pesquisa (ROJAS, 2008).

Segundo a *American Society for Ethnohistory*, o termo Etno-história em sua premissa teórica básica atual, entendida como um método, foi utilizado pela primeira vez em Viena no ano de 1930 por Fritz Röck e o *Viennese Study Group for African Culture History*, que tinham a intenção de criar modelos que permitissem extrair a história a partir dos dados etnográficos que seus pesquisadores haviam coletado na África. Contudo a iniciativa desse grupo não foi adiante, pois seus modelos teóricos não conseguiram ser transpostos para a prática e acabou, logo em seguida, se fundindo com a etnografia histórica (CAVALCANTE, 2011, p. 352).

O modelo inicial da Etno-história começou a mudar no final da Segunda Guerra Mundial, com a promulgação do *Indian Claim Act*, em 1946, que permitiu aos povos indígenas norte americanos a reivindicação pelas terras perdidas no passado. Esse acontecimento gerou grande demanda de estudos antropológicos, históricos,

arqueológicos e linguísticos. Esses profissionais começaram a desenvolver laudos e pesquisas que permitissem reforçar as reivindicações das populações indígenas, o que suscitou uma série de mudanças nas concepções da história desses grupos (MOTA, 2014, p. 7).

A partir da década de 1950, os laudos arqueológicos, históricos e antropológicos, produzidos nos Estados Unidos foram expostos pela primeira vez na *Ohio Valley Historic Indian Conference,* que ocorreu na cidade de Columbus, no *Ohio State Museum*, em 1953. O principal objetivo dessa conferência era discutir a história indígena no vale do Rio Ohio, com base nos levantamentos realizados por cerca de 50 pesquisadores envolvidos na temática. Posteriormente, em 1954, esse evento muda para o nome de *American Indian Ethnohistoric Conference* e começa a publicar a revista Ethnohistory. Em 1966, a conferência muda seu nome para *American Society for Ethnohistory*, que desde então tem gerado diversos artigos sobre a temática (CAVALCANTE, 2011 p. 353).

No Brasil houve um movimento similar ao dos Estados Unidos, porém atrasado por alguns anos.

Até a década de 1970, supunha-se que as populações indígenas brasileiras não tinham um futuro. Acreditava-se que essas logo se assimilariam à sociedade envolvente em um processo de aculturação, perante a rápida expansão das frentes capitalistas. Pesquisadores temiam a utilização de documentos históricos deixados por cronistas e naturalistas dos primeiros séculos de colonização e a tradição oral desses povos, uma vez que era comum a ideia de que estes também não possuíam um passado. Essa ideia partia muito do evolucionismo do início do século que via essas populações como primitivas dentro das etapas evolutivas dos humanos, atestando que por conta disso não teriam passado (MOTA; RODRIGUES, 1999, p. 42). No Brasil essa situação levou à dissociação do registro arqueológico com as populações indígenas, como se não fosse possível fazer alguma associação destes com os seus antepassados pré-coloniais.

Esse tipo de ideia gerou um senso comum na história brasileira que orientou a reprodução e percepção de um imaginário em que os indígenas aparecem como povos estáticos, ausentes e a-históricos. Ainda hoje essas assertivas podem ser vistas no meio acadêmico, como Sahlins (2000) coloca:

> As ideologias de “modernização” e “desenvolvimento” que vieram na esteira da dominação ocidental extraíram suas premissas básicas do mesmo antigo regime filosófico. Até os argumentos críticos esquerdistas acerca da “dependência” e da “hegemonia” capitalista puderam chegar a visões igualmente sombrias da capacidade histórica dos povos nativos e da vitalidade de suas culturas. Em um sem-número de narrativas da dominação ocidental, as vítimas indígenas aparecem como neopovos sem história: sua própria ação desaparece, mais ou menos, junto com a sua cultura, no instante em que europeus irrompem em cena (SAHLINS, 2000, p. 536).

Isso pode ser observado notoriamente nos livros didáticos e de memorialistas regionais que muitas vezes os tratam como parte de uma nacionalidade, ou somente como vítimas de diversas injustiças que ocorreram no passado. Essa ideia parte também de um fundamento teórico no qual a História, movida pela metrópole, só teria nexo em seu epicentro, a periferia era o lixo da História. O resultado de tais afirmações é que os indígenas são eliminados como sujeitos históricos. Tais considerações acabam por tirar a agência desses povos na História do país, desconsiderando suas trajetórias e os papéis importantes que tiveram em diversos episódios narrados. Os próprios Kayapó Meridionais são exemplo disso, uma vez que “barraram” a expansão das frentes sertanistas de expansão por cerca de um século e são praticamente invisíveis na História da região norte de São Paulo, como veremos adiante.

Entretanto essa percepção de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, parece novidade somente para nós. Para esses povos indígenas essa percepção é senso comum. Como Manuela Carneiro da Cunha coloca, alguns eventos são apreendidos nas sociedades indígenas como produto de sua própria ação ou vontade, como por exemplo, a iniciativa do contato. Muitos grupos tratam esses episódios como uma iniciativa que parte dos índios ou até como uma tentativa de “pacificação dos brancos”. Isso indica que os indígenas refletiram sobre o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruindo uma História do mundo em que eles pensavam e onde suas escolhas tinham consequências (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 25).

Através de uma política indígena mais visível nos níveis nacionais e internacionais, passaram a utilizar os mecanismos jurídicos para fazer seus direitos serem ouvidos. As questões metodológicas que impediam antropólogos e historiadores

de estudarem essas sociedades começaram a ser superadas já no início da década de 1970.

No Brasil essa situação só vai mudar a partir da década de 1980, quando impulsionados pela discussão da promulgação da Constituição Federal, pesquisadores começam a debater os "direitos das populações indígenas" e o seu papel na sociedade brasileira (MOTA, 2014, p. 8).

Na Arqueologia brasileira o termo pré-colonial começa a ser utilizado por Ulpiano Bezerra de Meneses na década de 1980, reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma Arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva, politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história brasileira. Historiadores começam a estudar a cultura popular e trabalhar com novos tipos de documentação, enquanto os antropólogos e arqueólogos começam a criticar os modelos sincrônicos e generalistas até então em alta.

Todas essas ideias chegaram até o Congresso Nacional e contribuíram para a formulação da nova Constituição Federal em 1988, onde os direitos indígenas, principalmente no que concerne a questão das terras, fossem respeitados. O que culminou em um aumento da visibilidade das suas reivindicações como a das sociedades norte-americanas no pós-guerra, gerando uma nova onda de estudos que buscam responder as demandas desses povos.

O pesquisador Lúcio Tadeu Mota (2104) ressalta também a diferença entre o impacto dessas demandas por direitos indígenas nas ciências brasileiras e americanas. Nos Estados Unidos o debate inovou o campo da História e desenvolveu a Etno-história, já no Brasil a inovação foi marcada pela interdisciplinaridade e incorporação de novos questionamentos, influenciados diretamente pela terceira geração dos *Annales* que chega às universidades brasileiras no inicio da década de 1980, sem haver a inclusão da reflexão norte-americana (MOTA, 2014 p. 15).

Apesar das diversas visões sobre a Etno-história, geradas por esses debates, a que encontra maior ressonância, e a que se aplica nesse trabalho, é a que entende esta como um método interdisciplinar que conjuga dados arqueológicos, históricos e antropológicos. Dessa forma a Etno-história seria o melhor método para compreender os povos de cultura não-ocidental, no nosso caso os Jê da bacia do Rio Grande, a partir de uma perspectiva histórica. Com isso é dada extrema relevância aos relatos orais,

documentos históricos coloniais, a linguística histórica e em especial aos dados arqueológicos da região.

Como colocado por Cavalcante (2011), em relação à documentação histórica, seja ela produzida por indígenas ou não-indígenas, é essencial que as técnicas de crítica documental sejam feitas de maneira séria. Assim como Bartomeu Melià (1997), o autor aponta a importância de se desconstruir as fontes coloniais no momento da análise, tendo em vista que a documentação do período colonial tinha a intenção de "reduzir" o papel do indígena ao máximo, tanto na esfera da vida política quanto na humana (MELIÀ, 1997 apud CAVALCANTE, 2011 p. 359). A partir dessa proposta, desenvolve-se uma análise discursiva crítica das fontes, examinando minuciosamente as representações acerca dos povos indígenas e dos possíveis dados para uma etnografia histórica, no nosso caso de pesquisa, por exemplo, o etnônimo "Kayapó", dado a todos os falantes de línguas não-tupi da região da pesquisa.

Bartomeu Melià (1997) apresenta ainda outro recurso para construção das interpretações dos elementos fornecidos pelos documentos coloniais, no qual pressupõe a análise da cultura Guarani atual, descreve assim o método:

> No se trata de buscar simples coincidencias ni de suporner rasgos semejantes, ya que entre lós Guaraní actuales y lós "históricos" media um largo proceso de interferências exteriores que há producido cambios significativos; sino de procurar las categorias fundamentales para uma reestructuración semântica que sea auténticamente guarani. Los conocimientos que se tienen de la cultura guarani actual, gracias a lós trabajos de Nimuendajú, Cadogan y Schaden, permiten apelar a este recurso com seriedad (MELIÀ, 1997, p. 100)

Esse procedimento de projeção etnográfica deve ser utilizado com cautela, pois existe sempre o risco da interpretação acarretar em uma representação do indígena como sujeito estático, dando a este a característica de povos sem história. Dada as devidas precauções temos sempre que considerar a historicidade própria de cada grupo que dita o ritmo de suas mudanças e permanências particulares.

A utilização da Etno-história como um método interdisciplinar permite ao pesquisador uma liberdade metodológica apropriada ao transitar entre diversas disciplinas, porém esse fato também é o que a faz tão passível de críticas. Tendo em vista que a maioria dos pesquisadores, no Brasil e no mundo, que fazem uso da Etno-história são historiadores ou antropólogos, por vezes se vê um intenso debate acerca da

forma de se analisar as variadas fontes da pesquisa. Essa questão vem, pelo menos em boa parte, do modo como são montados os cursos de graduação e de pós-graduação, que tendem a especializar os indivíduos. Essa situação gera acusações como a crítica dos historiadores ao modo como os antropólogos utilizam as fontes históricas de maneira acrítica, e a de antropólogos aos historiadores quando estes lidam com dados etnográficos (TRIGGER, 1982). No caso da Arqueologia, por conta própria acrescenta-se que as críticas, quase sempre, apontam os arqueólogos como pesquisadores que não sabem fazer análises críticas a qualquer tipo de documento a não ser o vestígio arqueológico, e que muitas vezes tendem a utilizar mal as teorias advindas de outras disciplinas, como a etnologia e a história.

Essa questão, entretanto, pode ser facilmente resolvida no momento em que os pesquisadores compreenderem que todas as disciplinas podem contribuir cada uma a sua maneira, para construção de uma história indígena a partir desse método Etno-histórico. Cada trabalho deve buscar traçar qual é o melhor caminho para responder ao seu problema de pesquisa (CAVALCANTE, 2011, p. 362).

Portanto, levando em consideração que os povos indígenas possuem culturas, historicidades, organizações e expressividades diferentes, e tendo em conta que quando se estuda o ser humano não se deve restringir a uma disciplina apenas, a Etno-história se apresenta como uma metodologia potencialmente favorável para a construção de uma história indígena regional da Bacia do Rio Grande.

1.3 Colonialismo e Arqueologia

A colonização traça suas raízes nas primeiras comunidades “complexas”. No senso comum o termo colonialismo se refere a um modelo político no qual um grupo estrangeiro tem o intento de dominar e governar um território ocupado por outra comunidade, muitas vezes desapossando os “nativos” de seus bens e dos seus eventuais direitos políticos.

Dessa maneira, estudos críticos do colonialismo tendem, geralmente, a acompanhar a evolução das atitudes dos nativos em relação ao colonizador, criando uma relação de oposição entre esses grupos. Muitas das primeiras pesquisas em Arqueologia e Antropologia consideravam as comunidades locais como recipientes passivos de novos hábitos trazidos pelos colonizadores, progressivamente abandonando seus modos

de vida antigos e se submetendo a uma cultura dominante. Ao receber bens materiais estrangeiros, esses indivíduos se tornariam “aculturados” através da assimilação dos objetos e costumes superiores dos estrangeiros. Esta teoria, porém, apresenta uma visão unilateral das relações e não permite observar um quadro maior em que a influência é recíproca entre os colonizadores e os locais.

O fato é que uma variedade de sistemas coloniais operou (e opera) simultaneamente e em diferentes escalas ao redor do mundo. A procura por novas terras pode ser motivada por fatores diversos como o de desenvolvimento territorial, oportunidades econômicas, expansão religiosa, ambições imperiais ou simplesmente migração. As relações coloniais entre estrangeiros e nativos podem estar essencialmente ligadas à organização social dividida entre os grupos, visível através de atividades de troca, trabalho, exploração de recursos, divisão de terras e alianças políticas. As políticas do grupo dominante podem governar certos intercâmbios entre os colonizadores e os locais, gerando muitas vezes consequências devastadoras. Frequentemente essas mudanças eram mantidas em uma escala menor, através de mudanças nas práticas sociais diárias, por meio das quais, novas formas de interação social eram forjadas (LYONS; PAPADOPOULOS, 2002, p 1).

Alguns estudos de caso demonstram bem a variabilidade de relações coloniais possíveis.

O arqueólogo Kenneth Kelly explicitou claramente o caráter único das relações econômicas estabelecidas entre os estados Hueda e Dahomey, no Benin do século XVII, e as colônias europeias que ali se estabeleceram (KELLY, 2002). Quando a demanda de escravos, para as *plantations* do Novo Mundo, se intensificaram, vários postos de troca foram instalados pela costa africana, dentro desse escopo Hueda se tornou um ponto chave de acesso para os europeus, elevando o local a uma posição de autonomia política. Posteriormente o estado de Dahomey derrubou Hueda e removeu os comerciantes europeus para Ouidah, um ato estratégico de sobrevivência aos avanços europeus. Através de escavações nos entrepostos comerciais europeus, Kelly notou que as bases europeias haviam sido isoladas da costa e incorporadas dentro de uma estrutura de poder local. A distribuição padronizada de artefatos importados assinalava, segundo o autor, a gestão da influência estrangeira, por parte de uma elite Dahomey. A relação criada por esse encontro evidencia um mercado que buscava suprir as demandas dos

dois lados, e não somente o do colonizador europeu como o senso comum aponta (LYONS; PAPADOPOULOS, 2002, p. 13).

Posteriormente aos processos de dissolução dos últimos impérios coloniais, surge um grande interesse na compreensão dos movimentos de resistência "anti-colonialistas" dos nativos. Começa-se a dar mais ênfase ao papel dos indígenas na manipulação dos sistemas impostos pelos colonizadores e na reinterpretação dos novos produtos inseridos nos seus cotidianos, sendo estes adequados às ambições próprias de cada grupo. A assimilação, dessa maneira, não deve ser vista como um ponto final das interações sociais, mas sim uma estratégia pela qual os povos indígenas incorporavam ideias e objetos, previamente selecionados, as suas próprias categorias de significados, mantendo assim suas crenças e costumes. Nesse caso começa-se a ideia de agência dos indivíduos, como um meio para afastar a lógica do colonialismo entendido como um sistema imposto externamente e o reconhecendo através de uma dialética interna.

Tendo que o colonialismo, no geral, se centra na conquista e controle de recursos e terras de outras pessoas, fica explícito o seu caráter material, o que o torna particularmente interessante para a Arqueologia, se desdobrando em uma série de questões que há muito vem sendo discutidas pela disciplina como, por exemplo, o papel da cultura material na constituição de identidades e na mediação entre culturas (LYDON & RIZVI, 2010, p.20).

Baseado no argumento de Foucault sobre a constituição mútua de conhecimento e poder através do discurso, e o papel da classificação em diferenciar e governar populações, Edward Said (2007) demonstra que as concepções de história e cultura, e as concepções, construções e convenções de significado sobre outras pessoas ou grupos, implicam profundamente em um imperialismo e opressão.

Outra crítica se dá através da escola historiográfica de Estudos Subalternos, liderada pelo historiador Ranajit Guha (1982), a partir da década de 1970. Ele e seus seguidores se questionam até onde as classes "minoritárias" como mulheres, operários, e outros marginalizados, foram capazes de fazer sua própria História e assim constituir um "domínio autônomo". Essa escola busca recuperar as experiências marginais através dos documentos coloniais, produzindo uma crítica à modernidade e suas narrativas.

Na década de 1980, essas percepções vão se desenvolver em torno de uma preocupação central em relação às representações e a análise do discurso colonial, ou seja, na maneira em que as colônias ocidentais retratavam os colonizados em seus

documentos. Um dos principais métodos utilizados pela crítica pós-colonialista consistiu em identificar e desconstruir os discursos estratégicos dos colonizadores, como, por exemplo, o uso dos estereótipos e a construção de oposições binárias entre grupos, como foi o caso no Brasil, da diferenciação entre Tupi e Tapuia. Fizeram isso demonstrando o quão radical é a interdependência de formações políticas e culturais, dessa forma minando as bases coloniais das iniquidades (LYDON; RIZVI, 2010, p. 21).

Quando a Arqueologia se engaja nos estudos da crítica pós-colonialista, inúmeros temas emergem como a crítica às tradições coloniais de pensamento na disciplina, novas considerações acerca do passado, principalmente em relação aos indígenas e outras classes minoritárias, e a adoção de novas estratégias de restituição e descolonização do pensamento arqueológico. Começa uma reflexão sobre como a disciplina foi modelada pelas forças coloniais, traçando a relação próxima entre o imperialismo e o conhecimento arqueológico. Como Gosden (2001, p. 245) coloca, a Arqueologia e a Antropologia se desenvolvem através de uma filosofia liberal, com a ideia de estudar o "outro", pensamento fundamental para justificar os empreendimentos coloniais, tornando essas disciplinas em ferramentas elementares na projeção de minorias e desassociando os grupos indígenas de seus patrimônios.

Em seu ensaio "*Archaeology and the Image of the American Indians*", publicado em 1980, Bruce Trigger explica como os estereótipos acerca da cultura indígena norte americana, construídos ao longo da história tem uma relação íntima com os argumentos arqueológicos para a chegada desses povos na América e como eles são desassociados de uma cultura material que apresenta uma "complexidade" social maior. Demonstra claramente como a interpretação arqueológica reproduz a visão popular dos nativos americanos e, dessa maneira reforça interesses políticos da cultura euro-americana.

Desde então diversos pesquisadores tem revisto sistematicamente as tradições que fundaram a Arqueologia e sua relação com o colonialismo. Conceitos ocidentais como progresso, diferença e pré-história foram desenvolvidos no plano da experiência colonial, nas Américas e África durante os séculos XVII e XVIII, e no Pacífico e Austrália durante o século 19 (LYDON; RIZVI, 2010, p. 24).

Exatamente concatenada a esses processos foi a ideia do evolucionismo cultural, na qual as populações humanas passavam por etapas do menos para o mais complexo, sendo que os estados colonizadores sempre estavam no topo dessa cadeia civilizatória. Esses paradigmas continuaram (e continuam) a afetar a interpretação arqueológica, que

assumia que o progresso civilizatório partiria dos caçadores coletores para sociedades estatais. Norman Yoffee (2013) propõe uma ruptura a essa perspectiva unilinear de compreensão do processo de formação e desenvolvimento dos Estados, cidades e civilizações em defesa de vias multilineares e mais flexíveis de abordagem. O autor vai utilizar diversas experiências sociais para alicerçar suas propostas interpretativas, indicando diferentes estruturas de estado e padrões únicos de organização. Critica muitos arqueólogos que, influenciados pelo darwinismo social, explicaram o passado em termos evolutivos, considerando o Estado o ponto final de um sistema de organização e aperfeiçoamento contínuo das sociedades antigas (YOFFEE, 2013).

A profissionalização da Arqueologia como uma ciência, durante o século XIX, foi estimulada por uma ampla busca por identidades nacionais por toda Europa. Recentemente o colonialismo e o nacionalismo foram conceitualizados como sistemas conectados de pensamento, sendo que a Arqueologia vem frequentemente se desenvolvendo na intersecção de ambos os sistemas. Essa constatação incitou diversas novas pesquisas preocupadas em compreender esses processos, inclusive a relação da Arqueologia com o nacionalismo do século 20. Porém, o que se observa é que a maioria dos pesquisadores nem sempre liga esses processos às ambições modernas e imperialistas das potências europeias, e nem nos modos como essas influenciaram na criação de ideias particulares sobre o colonizado e que contribuíram para a justificativa de conquista e dominação sobre os povos colonizados, além é claro da apropriação desses em uma identidade nacional. Muitas dessas categorias e técnicas de subjugação coloniais servem tanto para os grupos externos, quanto grupos internos.

Somente através de uma crítica que conteste estas ideologias, que ainda dominam o pensamento popular e o meio acadêmico, pode-se desconstruir essa imagem e metáforas dos indígenas como grupos primitivos, ausentes e estáticos.

Os pós-colonialistas têm demonstrado a importância de Histórias transnacionais para evidenciar a interdependência de categorias sociais, como as ideias de classe, gênero e raça que foram desenvolvidas justamente para contrapor a metrópole e a colônia. Como alguns pesquisadores colocam, existe a necessidade de estudos arqueológicos baseados nas lógicas transnacionais, para que se possa desenvolver um quadro comparativo que permita evidenciar as diferenças e especificidades de grupos locais e regionais (GOSDEN, 2004, p. 20).

As questões de consumo e troca de materiais tem um papel central na pesquisa arqueológica pós-colonialista e propicia a análise dos processos de transformação derivados da intensa circulação de pessoas, ideias e objetos na colônia. Com sua perspectiva extensa e comparativa a Arqueologia contribui amplamente para essa análise, permitindo uma melhor contextualização desses fenômenos, demonstrando que esses possuem uma História mais longa do que se imaginava, e elucidando o colonialismo, através de vários exemplos em diferentes períodos e lugares.

O uso da crítica pós-colonial na interpretação do registro arqueológico, especialmente nesses contextos coloniais e pós-coloniais, tem apresentado todo um novo horizonte para as pesquisas em áreas indígenas. Stephen W. Silliman (2010), por exemplo, em seu capítulo *"Writing new archaeological narratives: indigenous North America"* vai analisar como os arqueólogos indígenas e não-indígenas tem construído suas narrativas sobre os nativos da América do Norte com as contribuições da perspectiva pós-colonialista (SILLIMAN, 2010, p. 145).

O tema da identidade se tornou uma variável significante para as explanações dos pesquisadores, mostrando como as políticas e as performances dos indivíduos envolvidos nos processos afetam diretamente nas mudanças de ambas as partes: o colonizador e o colonizado. Na atualidade os pesquisadores já reconhecem que os interesses políticos, objetivos econômicos e as identidades sociais dos colonizadores divergem rapidamente dos interesses da metrópole. Como coloca Gil J. Stein:

> Even when the colonizing group dominates its host community politically, militarily, and economically (as in the case of Spanish colonies in the Americas), it is clear from the work of Deagan (1998), Cusick (ed. 1998), and others that rather than speaking of unidirectional processes such as "acculturation" (by the host community), or "assimilation" / "going native" (by the colonizers), what occurs is a bidirectional or multidirectional process in which diasporic cultures can form entirely new, composite identities through what has been termed transculturation, ethnogenesis, creolization, or hybridization (STEIN, 2005, p. 17).

Essas noções teóricas advindas da crítica pós-colonialista podem ser aplicadas à materialidade dos estudos arqueológicos mais rapidamente do que se pensa. O conceito de hibridismo, por exemplo, pode se mostrar frutífero para a interpretação, desde que não seja usado simplesmente para explicar a formação de novas culturas, nas sim para

demonstrar o esforço de diversas culturas em manter a produção se diferenciando das unidades coloniais dominantes.

O arqueólogo Ian Hodder (2003) coloca a importância de uma reflexão a respeito da *práxis* arqueológica, através do reconhecimento dessas diversas perspectivas e agentes que desta participam, alertando para o valor das múltiplas posições, ou seja, para a necessidade de percebermos a multivocalidade referente às diferentes partes envolvidas, tanto em relação às comunidades, quanto no âmbito das pesquisas empreendidas por outros especialistas, como etnólogos, pré-historiadores, economistas, entre outros. Com isso, seriam necessárias a revisão e a reformulação dos métodos aplicados, de maneira que a produção de conhecimento seja fortalecida, a partir de uma participação ativa não apenas de pesquisadores, como também das comunidades envolvidas.

Desta forma, é essencial a intersecção da crítica pós-colonial com a Arqueologia, em um esforço para reavaliar as disparidades históricas na produção do conhecimento, bem como as questões relacionadas à representação e inclusão, que permitem uma reflexão autocrítica, além de novas abordagens teóricas (LYDON & RIZVI, 2010).

Cabe aos arqueólogos compreender a noção de que os objetos não são simplesmente resíduos de interações sociais, mas sim são também agentes ativos na construção das identidades e comunidades. Dos artefatos mais simples até os mais exaltados carregam uma enorme gama de oportunidades para respostas, que o texto sozinho não daria conta. Porém, também devem levar em conta o valor dos documentos históricos para o entendimento das relações sociais estabelecidas ao longo do tempo.

CAPÍTULO 2

OS SENHORES DO CERRADO: DADOS HISTÓRICOS ACERCA DOS JÊ NA BACIA DO RIO GRANDE

O processo de ocupação, organização e povoamento português no Brasil se dá a partir de 1530, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, que possuíam a intenção de proteger as costas brasileiras contra as invasões de outras potências europeias, uma vez que estas terras já eram consideradas parte do patrimônio do Reino de Portugal. Esse período se estende até meados do século XIX, quando o Brasil é declarado Reino Unido de Portugal.

As primeiras incursões sertanistas provindas de São Paulo datam do início do século XVI e vão até o século XVIII, estas se caracterizavam pelo aprisionamento de índios e a busca de metais preciosos. Nos documentos da época eram tratadas como entrada, jornada, viagem ou descobrimento (TAUNAY, 1929 p.115). Como Glória Kok (2004) relata, o termo bandeira se divulga através da documentação somente no final do século XVI e adveio "do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra".

As expedições bandeirantes eram empreendimentos lucrativos e abundantes, que reuniam indivíduos de classes sociais variadas, mas que geralmente já possuíam alguns bens na capitania de São Paulo. Apesar desses senhores geralmente serem os patrocinadores das entradas aos sertões, a grande maioria dos integrantes de uma bandeira paulista era constituída de escravos indígenas que formavam tropas auxiliares cuja função era a de guiar as viagens, além de combater e capturar os indígenas dos sertões (KOK, 2004, p. 47).

Durante o século XVII, colonos de São Paulo assaltaram inúmeras aldeias indígenas em diversas regiões da Capitania, trazendo grande número de índios como cativos e os colocando para trabalhar em suas lavouras na condição de "serviço obrigatório". Com isso houve um visível aumento na mão-de-obra indígena no planalto paulista, o que por sua vez foi a engrenagem que possibilitou o desenvolvimento de um circuito mercantil interno do país, fazendo com que São Paulo interagisse com outras regiões da colônia. No geral pode-se dizer que o "bandeirismo" sempre teve o mesmo motivo fundamental: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para a manutenção da agricultura paulista (MONTEIRO, 1994, p. 57).

No entanto, ao longo dos séculos as condições de apresamento desses grupos foram se alterando, devido principalmente às condições geográficas, às distâncias percorridas, às reações dos indígenas abordados e aos custos das expedições. Pode-se afirmar que até a primeira metade do século XVII, a Capitania de São Paulo preencheu suas necessidades de mão-de-obra cativa com grandes levas de índios guarani, contudo esse abastecimento é bruscamente interrompido nos anos de 1640. Essa interrupção no fornecimento de cativos repercutiu gravemente na estrutura econômica local. Diante de tal situação, os colonos tiveram que desenvolver novas estratégias de apresamento de indígenas. Na medida em que os escambos e assaltos do século XVI e início do XVII se deram nas imediações do Rio Tietê, agora as expedições teriam que se projetar mais além, ligando-se às emergentes rotas comerciais entre as capitanias.

Durante essa fase, diversos foram os tipos de relações coloniais estabelecidos entre os europeus e os povos indígenas. Essa dinâmica cultural gerou transformações em diversas escalas do cotidiano de grupos índios e não-indios, gerando a renovação das identidades dos grupos envolvidos.

No caso dos grupos indígenas da Bacia do Rio Grande esses processos coloniais só vão se iniciar a partir da segunda década do século XVIII, com a descoberta das minas de Goiás e Cuiabá.

Apesar de, desde a segunda metade do século XVII, notarem-se registros de solicitações de terras ao longo do sertão do Brasil Central, é somente em meados do século XVIII que são descobertas minas de ouro na área onde atualmente se encontra o estado de Minas Gerais, incitando ainda mais a expansão sertanista. Em 1719, o bandeirante Pascoal Moreira de Cabral, partindo de São Paulo, vai descobrir nas terras do Mato Grosso as minas de Cuiabá (ATAÍDES, 1998 p. 68). Posteriormente em 1725, foram descobertas as minas de Goiás. Na busca por percursos mais seguros, os paulistas partiam de São Paulo em direção a Jundiaí, direcionando-se depois para Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Casa Branca, em seguida tomavam rumo para noroeste chegando na área onde hoje se encontram os municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava. O Rio Grande era atravessado por Igarapava ou Miguelópolis (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 46). Esse trajeto ficou conhecido como “Estrada dos Goiases” (Figura 2).

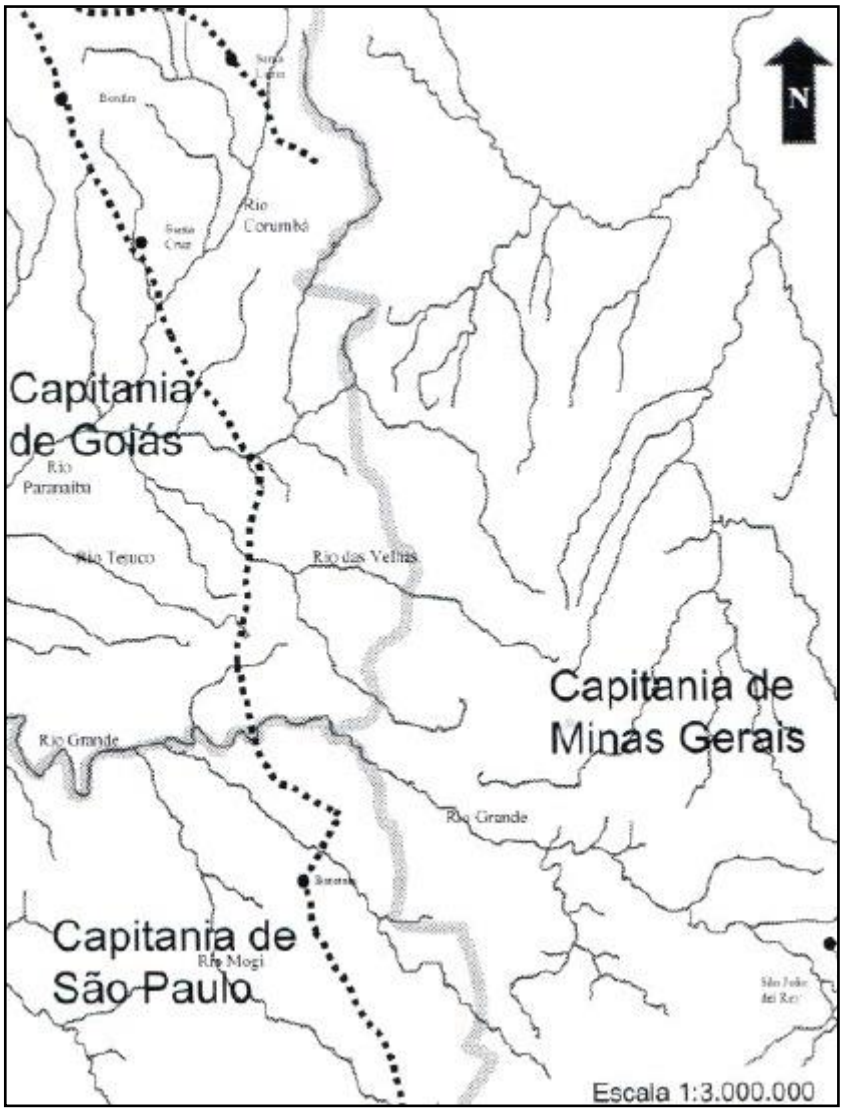

Figura 2 – Mapa da "Estrada dos Goiases" (LOURENÇO, 2005 p. 53)

A partir da análise bibliográfica, o que se nota é a grande quantidade de relatos e documentos deixados por cronistas, naturalistas e viajantes que estiveram na região do século XVII até o século XX, apresentando um número considerável de informações para a História indígena.

Entre os povos Jê citados nas fontes históricas consultadas sobre a região da pesquisa, predomina a designação genérica Kayapó. De maneira geral pode-se dizer que esse é um termo que não corresponde a uma etnotaxonomia social. Longe disso, ele aponta justamente a construção de uma modalidade etnocêntrica do contato que se encontra no âmbito de uma classificação entre índios mansos e hostis, civilizados e

selvagens, língua geral e língua travada. Como tantas outras palavras que surgem do tratamento da documentação, Kayapó é um termo construído pelos Tupi ou Guarani e ele significa, literalmente, “como macaco” (TURNER, 1992, p. 311). Podemos atribuir essas colocações a alguns fatos marcantes das bandeiras. Primeiro o de muitos intérpretes do contato terem sido índios Guarani tornados escravos pelos paulistas e, segundo, da língua geral ou nheengatú ter sido a língua oficial das cerca de 250 entradas e bandeiras do XVI ao XVIII, a denominação Kayapó pode ser vista como uma concepção nessa língua aplicada a uma série de grupos ou subgrupos que não compartilhavam características Tupi ou Guarani.

Por conta disso, uma das dificuldades de se tratar os termos constantes nas fontes documentais é saber que, muitas vezes, um mesmo termo poderia ser usado com referência a grupos diferentes ou que termos diferentes poderiam ser aplicados a um mesmo grupo. O caso Kayapó serve para ilustrar isso. De acordo com estudos linguísticos e etnográficos (NIMUENDAJU,1982; TURNER, 1992; URBAN, 1992), atualmente são conhecidos vários dialetos ou subgrupos filiados à designação genérica Kayapó (Kubenkrakren, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotiré, Xikrin, Txukahamãe, Kren–Akarôre, Panará, Mebengokre). Na documentação referente à área de estudo, somente um desses subgrupos é citado, os Panará, que aparecem em textos do início do século XX na região do Pontal do Triângulo Mineiro, como veremos adiante.

Em alguns casos existem as possibilidades de comparação entre as designações constantes nos documentos históricos e os grupos conhecidos pela moderna Etnologia, mas não há como retirar dos textos antigos a particularidade de subgrupos ou dialetos. O que de fato se nota ao tratar os documentos é a construção de termos homogeneizadores feitos por uma visão etnocentrista. Assim, ao invés das autodenominações grupais aparece quase que invariavelmente o termo genérico Kayapó.

Dessa maneira desde o século XVII esses grupos aparecem ocupando uma ampla área que se estende do norte e noroeste paulista, principalmente na altura onde o Rio Grande encontra o Paranaíba, formando o rio Paraná e próximo à foz do Rio Tietê, no Triângulo Mineiro, norte de Cuiabá e a leste e norte de Goiás (ATAÍDES, 1998. p. 64; KOK, 2004. p. 137), como pode ser observado no mapa histórico do século XIX (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da Capitania de São Paulo 1850, no detalhe parte do território dos Kayapó Meridionais (MEYER, 1860).

A presença marcante desses grupos e a belicosidade dos mesmos condicionaram por todos os séculos XVII e XVIII o acesso luso-brasileiro às minas de Mato Grosso e Goiás (MANO, 2006), demonstrando ainda mais a sua importância no processo de formação da história regional.

2.1 Os primeiros contatos no século XVII

Dos dois primeiros séculos de ocupação europeia nas Américas poucos relatos sobre os Kayapó foram encontrados, porém um documento datado de 1607 destaca uma expedição do sertanista Belchior Dias Carneiro que saiu dos sertões de São Paulo, ultrapassando a região de Paracatu e chegando até o sul do estado do Pará, nas proximidades do Rio Araguaia, onde manteve contato com os Kayapó de forma pacífica, com troca de mercadorias e presentes (ATAÍDES, 1998).

No ano seguinte, em 1608, outra bandeira sai de São Paulo, comandada pelo cabo Martim Rodrigues Tenório de Aguilar, rumo à terra dos Kayapó, segundo o testamento de um dos sertanistas da companhia esta teria partido em direção a uma região onde estariam os Kayapó, citando *"a o acompanhar aonde estão os bilreiros"* (NEME, 1969, p. 115). Os membros da expedição de Martim Rodrigues teriam morrido

todos no sertão. A missão do padre Manoel Nunes, em 1609, sai de Belém e sobe o Tocantins, e relata a chegada ao sertão dos Bilreiros.

Cabe aqui fazer uma consideração quanto ao termo bilreiro, este seria outro nome dado aos grupos indígenas Macro-Jê, nomenclatura que dominou os relatos do século XVII e faz referência ao bilro ou borduna, arma utilizada por praticamente todos os grupos deste tronco linguístico, como descrito por Pires de Campos *"de pau de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem feita"; " com as quais fazem um tiro a grande distância e tão certo que nunca erram a cabeça [da caça ou do inimigo]"; "e é a arma que mais se fiam"* (TAUNAY, A, 1976, p. 182).

Em 1612 uma nova campanha liderada por Garcia Rodrigues Velho capturou e escravizou os Kayapó, que segundo nota do procurador do Concelho da Câmara de São Paulo informava que estes viviam "de paz em a sua aldeia fazendo muito gasalhado aos brancos que lá iam" (NEME, 1969, p. 117).

Ao se pensar nessas situações de relação pacífica entre os indígenas e os colonizadores, o que vem sendo colocado é que até então as frentes expansionistas tinham a preocupação em achar novas terras e o aprisionamento dos indígenas hostis, o que não era o caso dos Kayapó. Ir aos bilreiros refletia em uma simples alegação, devido ao fato de o governo não proibir as relações com grupos pacíficos. Com isso os sertanistas iriam aos bilreiros se reabastecer como um pretexto, para depois fazerem guerra a outros povos "hostis", capturando e escravizando vários indígenas, como foi o caso da expedição de Belchior Dias Carneiro em 1607.

Uma questão interessante levantada por Mário Neme (1969) é o da posição do governo com relação ao trato que se deviam dar às comunidades indígenas. Aos indivíduos nativos localizados próximos aos núcleos de povoamento o trato devia ser pacífico, uma vez que estes, se colocados em situação adversa poderiam reagir contra a segurança e bem estar dos moradores do circuito paulista. Porém aos que se encontravam a uma distância considerável (o Centro-Oeste, por exemplo), longe da interação socioeconômica dos não-índios, poderiam fazer guerra, de modo que estes não apresentariam perigo pois estariam distantes para levantar qualquer motim.

A campanha de 1612, que havia aprisionado e destruído aldeias Kayapó, pode ser apontada como um marco para a mudança da postura pacífica desses grupos em relação aos sertanistas. Ao recusarem a escravidão os Kayapó vão declarar guerra aberta aos bandeirantes, colonos e viajantes que cruzassem o seu caminho.

Entretanto, a partir deste relato, temos uma lacuna de anos de informação que representa um possível deslocamento desses grupos para outras áreas, é também o período onde os paulistas concentram suas narrativas nas missões jesuíticas espanholas ao Sul do Brasil. Somente em 1673 a bandeira de Sebastião Pais de Barros percorre o mesmo trajeto da bandeira de Belchior Carneiro, partindo de São Paulo chega até as paragens dos índios Inheiguara, Poquigara e Turiguara, muito provavelmente grupos Jê. Entre os anos de 1671 e 1676 vão aparecer novas informações sobre uma bandeira paulista que foi eliminada por dois grupos indígenas, sendo um deles a dos Kayapó. No relato enviado a Portugal, o padre Antônio Raposo descreve os Bilreiros como cruéis e belicosos, porém essa interpretação deve ser em relação aos Kayapó com outros grupos indígenas da região, uma vez que não há documentos apontando a relação destes com os não-índios.

2.2 O século XVIII e a guerra declarada

Com a descoberta das minas de Goiás e Cuiabá em meados da segunda década do século XVIII, várias bandeiras partiram rumo aos domínios dos Kayapó no Planalto Central em busca de riquezas. A ordem das autoridades visava à incorporação do indígena à sociedade colonial através de aldeamentos onde estes trabalhariam na agricultura e mineração, porém se houvesse alguma resistência por parte destes, a resolução seria a escravização ou extermínio desses povos (KOK, 2004, p. 142).

Nesse contexto tem início a guerra de extermínio sobre o comando de Rodrigo César de Menezes, que em testemunho alega ter enviado tropas contra os Kayapó afirmando ainda: “e eles resistindo com tanta força e valor que só depois de verem mortos quarenta e tantos dos seus se renderam” (KOK, 2004, p. 144). Em consequência aos efeitos desse estado de guerra, surge a resistência Kayapó, que viria a durar por quase meio século.

Os relatos começam a apresentar episódios mais belicosos entre os indígenas e os colonos, fornecendo ao governo as ferramentas ideais para a criação de um modelo de barbárie e selvageria, que justificariam a colonização.

Entre as descrições dos Kayapó, dessa época, se destacam aquelas que os apontam como índios traiçoeiros e cruéis como os citados por Kok:

> Ao referir-se aos caiapós, D. Antônio Rolim e Moura observa que o seu modo de lutar "é atraiçoadamente". Da perspectiva do Capitão João Antônio Cabral Camelo, "é o mais traidor de todos", a mesma opinião que se repetiria, alguns anos depois, no relato "Divertimento admirável": "os mais cruéis, indômitos e traidores" (KOK, 2004 p.143).

Localizados nas margens dos rios Pardo (MT), Taquari (MS), Paraná (SP/MS), Claro (MS), Coxim (MS), Camapuã (MS) e Grande (MG/SP), os Kayapó atacavam fazendas e arraiais, barcos, lavouras, minas, queimando roças, matando qualquer não-índio, inclusive escravos, que entrassem em seu caminho.

Em 1727 ao retornar da incursão que havia feito nas minas de Cuiabá, o Capitão João Antônio Cabral Camelo relata que sua tropa estava construindo canoas na beira do rio Pardo quando um grupo de Kayapó ateou fogo aos ranchos, destruindo boa parte dos depósitos. E ainda relata na sua viagem de volta a São Paulo, as inúmeras roças queimadas e pessoas mortas que encontraram nos rios Taquari, Pardo, Grande e Nhandui-Mirim.

Em terra eram guerreiros estrategistas, esporadicamente investindo contra tropas acampadas no sertão, atacando pequenos grupos que se separavam para caçar. No início da década de 1730, Francisco Palácio faz uma descrição de uma das táticas dos Kayapó, afirmando que:

> Costumam estes estar escondidos em qualquer moitazinha de matto bisuntados com terra, e estareis olhando para eles, sem divisares q. he gente, e deixandovos passar vos foram tyro por de traz com o já nomeado porrete pondo vos os miolos a mostra, e basta hum só gentio desta nasção para acabar hua tropa de muitos milhares de homens (PALÁCIO apud KOK, 2004, p. 143).

Outro relato de um padre jesuíta salienta que os Kayapó eram guerreiros temíveis, e que faziam prisioneiros com a intenção de comê-los, justificativa falsa já que estes grupos não praticavam a antropofagia (MONTEIRO, 1994, p. 64).

Com o passar do tempo e continuidade dos conflitos, várias reuniões foram organizadas com o fim de criação de táticas para extermínio dos Kayapó. Dessa forma apelou-se para a contratação de sertanistas que possuíam em sua companhia índios catequizados.

Com isso, em 1741, Antônio Pires de Campos, ícone da política de aprisionamento indígena, juntamente com cerca de 450 guerreiros Bororo, parte contra os Kayapó eliminando em massa várias aldeias desses povos. No mesmo ano sua tropa atravessa o Paranaíba e constrói uma aldeia próxima ao ribeirão das Pedras para abrigar o seu exército. Porém a resistência dos Kayapó Meridionais demonstrava, cada vez mais, que não iria abandonar o seu território tão facilmente.

Em 1742 o então governador geral da Capitania de São Paulo, d. Luiz de Mascarenhas, instrui aos sertanistas:

> [...] não se rendendo os ditos Gentios, e sendo tomada as mãos na pelleja os passarão a espada sem distinção ou differença algûa de sexo, só não executarão a da. pena de morte nos meninos e meninas de dês annos pa.baixo, porque estes os conduzirão a esta Va. para delles se tirar o quinto de S. Mage. E os mais se repartirem por quem tocar. (D.I., vol. 22, p. 168).

Em outro registro datado de 1745, também do governador:

> [...] Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q.'infestão o caminho depovoado emthé as minas de Goiaz [...] matando e roubando aos Viajantes que vão, e vem, e aos roceyros insultandoos em suas próprias cazas, queymando 254 lhes citios, e os payoys em que tem recollido os seus fructos matando lhes também os seos escravos, cavallos, porcos, e mais criações havendose com tão bárbara crueldade, que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma [...] (D.I., vol 22, p. 185).

Alguns anos mais tarde, em 1748, Antônio Pires de Campos recebe a solicitação de criar novo aldeamento nas margens da estrada de São Paulo / Goiás. Com isso ele ganha o título de Coronel da Conquista do Gentio Kayapó do Sul, além da tensa de cinquenta mil réis e o hábito de Cristo que seria sua recompensa ao término da derrota completa da nação Kayapó (ATAÍDES, 1998, p. 74). Apesar da grande investida dessa segunda campanha, os Kayapó ainda ganhavam boa parte das batalhas.

Em 1751 a mando do governador da nova Capitania de Goiás, d. Marcos de Noronha, o sertanista Antônio Pires de Campos faz mais uma investida contra os Kayapó, porém é flechado no peito, e sem conseguir se restabelecer morre de febre.

Cerca de quatro anos depois novas notícias de ataques Kayapó a Vila Boa, fazem com que d. Marcos de Noronha comece a estabelecer recomendações para o seu

sucessor, como, por exemplo, as ordens a serem dadas aos sertanistas João de Godoy e Manuel de Campos Bicudo, sucessor de seu irmão Antônio Pires de Campos.

No ano de 1764, o novo governador João Manoel de Mello se contrapõe à ordem da Coroa de não fazer ofensiva contra os indígenas, utilizando a justificativa da autodefesa, assim ele escreve ao secretário de estado:

> O bárbaro gentio Caya-pó assaltou com sua costumada ferocidade algumas roças d'esta capitania matando parte dos pretos que as cultivavão [...] foi tão grande o terror, que causou a noticia, que todos os mineiros que ficavão em sítios expostos suspenderão a extracção do ouro, e com seus escravos estão continuamente com armas nas mãos para defenderem as suas casas [...] Mandei logo os Pedestres com vários mestiçoes e gente do mato [...] assaltarão no seu acampamento nelle hum fatal destroço, e fora muito maior se não chovera tanto n'aquella manhã, que muitas espingardas não pegarão fogo. Fugiu precipitadamente o gentio (ATAÍDES, 1998, p. 76).

Os ataques Kayapó não pararam e em 1767 a população organizou uma bandeira com a ajuda dos Bororo aldeados no rio das Pedras e partiram para o conflito novamente. Essa investida foi marcante e eliminou muitas aldeias e vários Kayapó foram presos.

A problemática da guerra perdurou até meados da década de 1770, quando os governadores começam a implantar ideias mais liberais, devido à própria exaustão das forças de ambos os lados.

Em razão da própria sobrevivência do grupo, os Kayapó começam a se estabelecer pacificamente em aldeamentos, como o de São José de Mossâmedes e o Maria I. Dessa maneira termina o período de guerra entre os Kayapó e as frentes sertanistas.

2.3 O século XIX e o expurgo dos Kayapó

Após o esgotamento das jazidas, os indivíduos que se ocupavam dessa atividade começaram a se deslocar em busca de novas terras, dando início à fase de ruralização da colônia brasileira. Isso marcou uma etapa de expulsão dos remanescentes Kayapó, em prol de uma política agropecuarista.

Segundo o padre Luiz Antônio Silva e Souza, em 1812, recolhendo os relatos orais na região, concluiu haver pelo menos três grandes aldeamentos próximos a rios de

maior porte, sendo esses: o aldeamento do Rio das Pedras (hoje Cascalho Rico-MG), o de Santana (hoje Indianópolis-MG) e o de Lanhoso (sem informação). Porém, Aires de Casal (1976) escreve que a aldeia de Lanhoso surge em 1775, quando os índios Bororo da aldeia de Santana são transferidos para as proximidades do Rio Grande, para dar lugar aos Xacriabá trazidos pelo governo goiano. Em 1816, Eschwege (1996) visitou nove aldeamentos instalados no trajeto da estrada, que segundo sugere Lourenço (2005), devem ter nascido do desmembramento dos aldeamentos originais citados pelo padre Luiz Antônio Silva e Souza (LOURENÇO, 2005 p. 56).

A descrição da maioria dos viajantes que estiveram na área indica que apenas três desses núcleos podem ser identificados como aldeamentos de fato. Rio das Pedras, Santana e Piçarrão eram os únicos a possuírem capelas o que apontava a oficialidade de sua fundação. Os demais povoados eram frutos da dispersão da população aldeada nos núcleos originais.

Tomando como base os relatos de Saint-Hilaire, D'Alincourt e Eschwege, carregados de descrições hidrográficas e paisagísticas, e com o auxilio de cartas topográficas, Lourenço (2005) produziu um mapa com a posição aproximada dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre (como era conhecida a região), no início do século XIX (LOURENÇO, 2005 p. 57). A configuração da área pode ser vista (Figura 4):

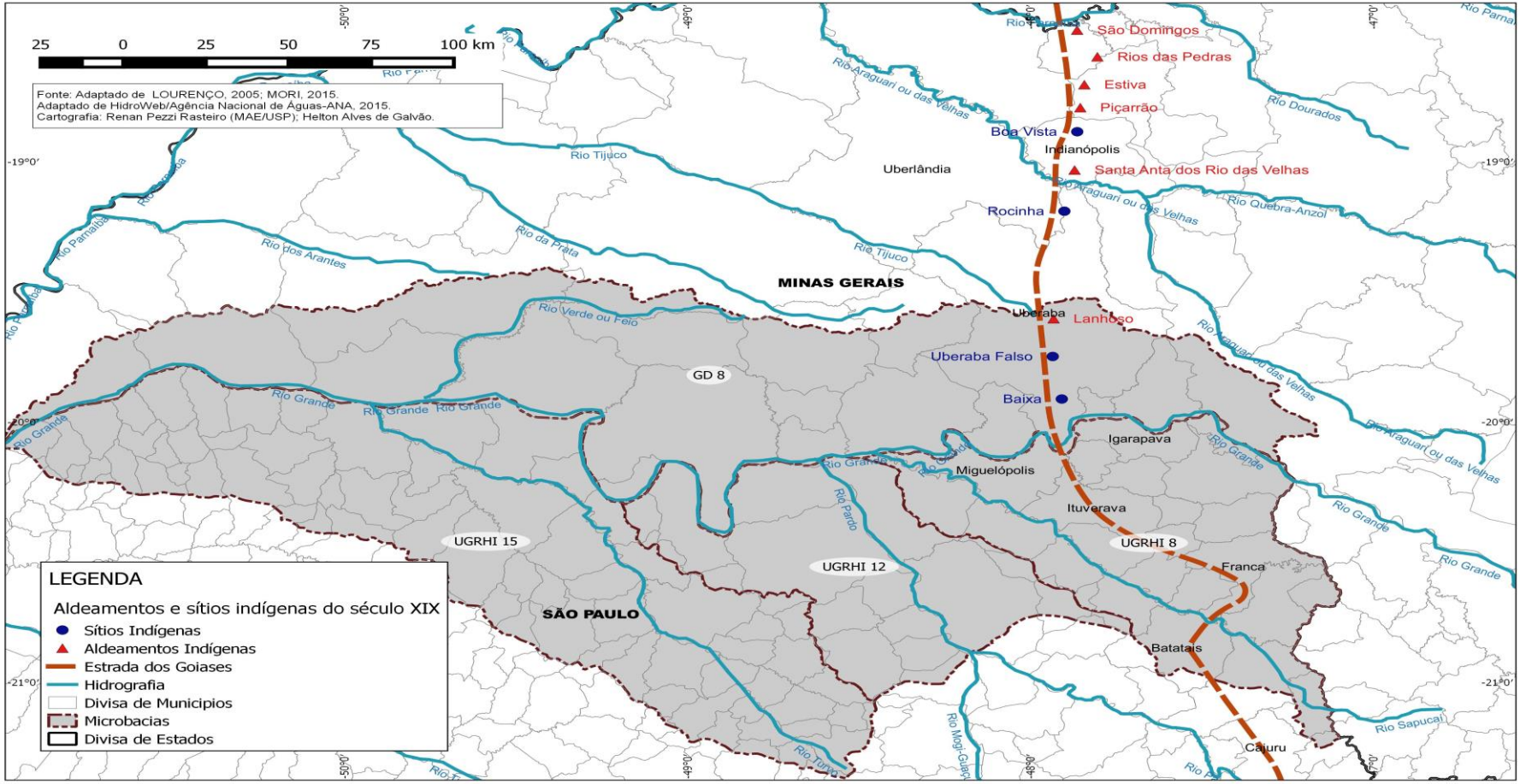

Figura 4 – Mapa dos aldeamentos e sítios indígenas do século XIX

Os aldeamentos, para os quais os Kayapó haviam sido deslocados, têm vida curta na história. A aldeia Maria I em decadência fecha suas atividades em 1813, movendo os Kayapó para a aldeia de São José de Mossâmedes onde foram aldeados com diversos grupos de etnias diferentes, chegando a contar com cerca de 8000 indígenas. O sistema de sujeição imposto pela política pombalina desse aldeamento é colocado por Saint-Hilaire:

> Os Kaiapós se acham em São José sob a tutela imediata de um destacamento militar composto de um cabo, que tem título de comandante, de um simples soldado de Dragões – ambos pertencentes à Companhia de Vila Boa – e de quinze pedestres, dos quais dois são oficiais subalternos. Entre os restantes, encontram-se um serralheiro e um carpinteiro, sendo o primeiro encarregado de consertar as ferramentas dos Kaiapós e o segundo de fazer as construções da aldeia. O cabo comandante tem autoridade para punir os índios, amarrando os homens ao tronco e aplicando a palmatória nas mulheres e crianças (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 64).

Os Kayapó possuíam dois dias da semana para cultivarem os seus alimentos, os outros cinco dias trabalhavam nas roças que forneciam mantimentos para todo o aldeamento, sendo a distribuição feita pelos soldados e o excedente vendido pela diretoria do aldeamento (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 65).

Com essa situação em vigor, o que ocorria eram as constantes fugas do aldeamento. Na tentativa de recuperar os fugitivos, se organizavam inúmeras expedições compostas por índios e não-índios, com o objetivo de convencê-los a se aldear novamente. Nesse contexto uma liderança Kayapó ficou bem conhecida enquanto chefe das expedições, a Kayapó Damiana da Cunha, neta do falecido chefe Angraiochá, foi aldeada em 1781 e possuía grande influência entre o povo Kayapó. Participou de várias campanhas durante 20 anos, vindo a falecer no ano de 1831 (GIRALDIN, 2000, p. 12).

Após o falecimento de Damiana, seu irmão Manuel da Cunha toma a frente dos Kayapó, tornando-se um grande incentivador das fugas, chegando até a ser preso pelas autoridades. Porém de nada adiantou, as fugas começaram a aumentar cada vez mais, ao passo que em 1833 o governo mandou o vigário voltar à capital, pela falta de índios no aldeamento.

Seja por conta do trabalho forçado ou das epidemias que constantemente assolavam os aldeamentos, os Kayapó fugiram em massa. Em 1846 documentos já afirmavam que o aldeamento de São José de Mossâmedes estava vazio, sendo declarado extinto oficialmente em 1879 (GIRALDIN, 2000, p. 13).

Com esse total fracasso dos aldeamentos, o que ocorre é uma nova onda de conflito entre os Kayapó e a comunidade de não-índios, que começam a ser resolvidos em disputas sem a participação das autoridades.

2.4 Novos dados do século XX: os Kayapó meridionais e os Panará

Como consequência de todos esses fatos, e tendo em mente o espírito positivista do começo do século XX, que via como evidente a extinção de povos em fases "inferiores", os Kayapó foram dados como extintos. Isso fica claro no relato do etnógrafo Curt Nimuendajú a Superintendência de Proteção ao Índio (SPI), ao descrever, em 1910, um grupo Kayapó com pouco mais de 30 pessoas localizado na margem mineira do Rio Grande*:* "Hoje os Kaiapó Meridionais desapareceram como tribo" (NIMUENDAJÚ, 1952, p. 427). Robert Lowie (1946, p. 519) concorda com essa afirmação, no seu texto no *Handbook of South American Indians*, na parte referente aos Kayapó, utilizando como fonte os relatos Saint-Hilaire e Pohl, afirma que aquela "tribo" deixou de existir. Egon Schaden, grande etnólogo, em 1954, compartilha da mesma hipótese afirmando a extinção do grupo (SCHADEN, 1954, p. 397).

Porém recentes pesquisas de linguistas e historiadores têm apontado para a não extinção dos Kayapó Meridionais, sendo a etnia Panará ou Kren-Akarore, localizados no Mato Grosso, um remanescente desse povo. Richard Heelas (1979) foi o primeiro a apontar a possibilidade de que os Panará fossem remanescentes desses grupos Kayapó Meridionais.

Os Panará tiveram seus primeiros contatos com os não-índios na década de 1970, com a abertura da estrada que liga Cuiabá a Santarém. Localizavam-se nas margens do Rio Peixoto de Azevedo, na Serra do Cachimbo, divisa com o estado do Pará. Após dois anos de contato a população era menos de um terço da original, redução causada pelas constantes infecções fruto do contato com os não-índios. Em 1975 foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu, existindo nesse período apenas 79 Panará

(SCHWARTZMAN, 1987, p. 264-265), onde não se adaptaram, e na década de 1990 vieram a reivindicar um território na antiga área Panará.

Schwartzman (1987) reforça a teoria de Heelas, afirmando que esses Panará de Peixoto de Azevedo são, provavelmente, remanescentes de algum grupo Kayapó não assimilado pelos aldeamentos que conseguiram fugir das bandeiras do final do século XVIII. Menciona como evidência a própria tradição oral panará que conta que eles vieram do Leste, de uma região de campos cerrados, habitada por brancos extremamente selvagens e bravios, que tinham armas de fogo e mataram muitos antepassados dos Panará. Segundo o chefe Akè Panará, "os velhos disseram para nós que, antigamente, os brancos mataram muitos Panará, de espingarda. Chegavam em nossas aldeias e matavam muitos. Se eles vierem para cá – diziam – matem eles de borduna, que eles são bravos"[3]

Em pesquisas mais recentes, unindo os documentos históricos com os dados linguísticos, Odair Giraldin (2000) também confirma a hipótese de Heelas. Utilizou, sobretudo, os vocabulários levantados por Saint-Hilaire e Pohl no início do século XIX em Goiás, os relatos de Ehrenreich e Dr. Kupfer, na segunda metade do século XIX, em uma aldeia em Santana da Paranaíba em Mato Grosso, e os dados de Alexandre de Souza Barbosa, agrimensor de Uberaba, que esteve entre uma pequena família Kayapó que se autodenominava como Panará, em 1911. Esse último caso é extremamente interessante, pois a área em que Barbosa esteve se localiza na margem mineira do Rio Grande próximo à cachoeira da Água Vermelha, local conhecido pelos inúmeros sítios arqueológicos identificados no âmbito do projeto UHE Água Vermelha no município Ouroeste, noroeste de São Paulo, divisa com Minas Gerais, como citaremos adiante.

As análises comparativas dos vocabulários levantados por esses diferentes pesquisadores ao longo do tempo, com os estudos linguísticos dos atuais Panará, confirmaram uma variação dialetal entre os Kayapó de Goiás e os de Minas Gerais, porém também confirmam ser uma mesma língua. Com base nos relatos Giraldin produziu o seguinte croqui (Figura 5):

[3] Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/panara/587. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

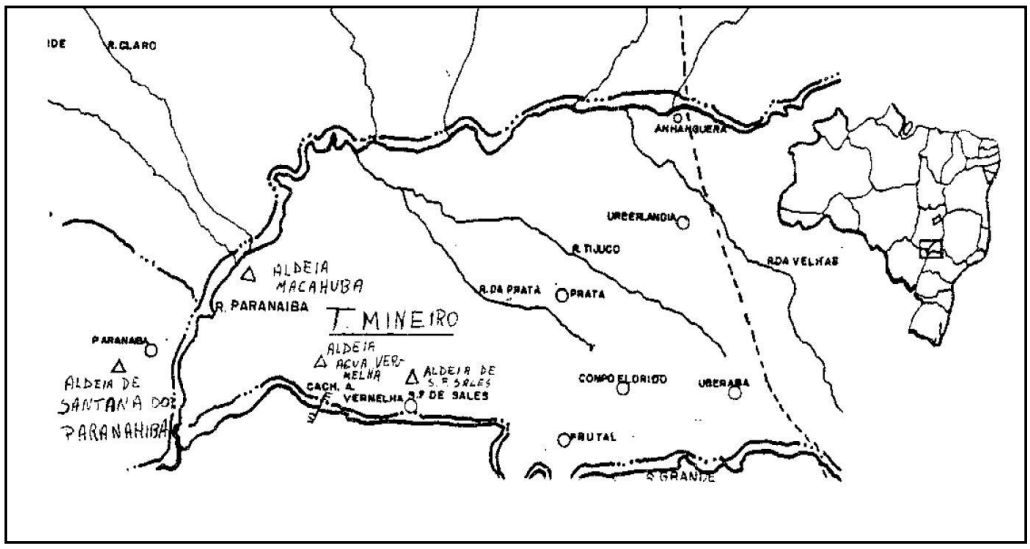

Figura 5 - Croqui das Aldeias Kayapó no Triângulo Mineiro, segundo Odair Giraldin (2000).

A partir deste mapa podemos ter uma interessante referência para futuras prospecções na área. Algumas dessas aldeias são reconhecidas pelos próprios cidadãos dos municípios de Iturama e São Francisco de Sales na região do Triângulo Mineiro. A antiga Aldeia de São Francisco de Sales, por exemplo, se localiza próximo à área urbana da cidade de mesmo nome. A Aldeia Água Vermelha se localiza nas duas margens do Rio Grande, no lado de Minas Gerais no município de Iturama, e no lado de São Paulo no município de Ouroeste.

Em Iturama (MG), a visita a Casa da Memória do município revelou um interessante acervo fotográfico e uma pequena coleção arqueológica que está diretamente ligada às grupos "Caiapós" da região (PRANCHA 4). O material arqueológico foi doado à instituição por D. Maria Abadia de Medeiros (D. Santa) que recolheu os vestígios na área da antiga Aldeia de Água Vermelha em 1940, antes da inundação do local. Apesar do falecimento de D. Santa essa deixou uma série de relatos escritos sobre os tempos em que ela conviveu com os Kayapó, esses dados podem revelar novas perspectivas sobre os costumes e hábitos desses grupos.

Por fim, em um levantamento realizado pela equipe do Arquivo Público de Uberaba, em 1995, e que tinha como objetivo buscar reminiscências que comprovassem a existência das Aldeias Kayapó no Triângulo Mineiro, foi descoberto o que pode-se classificar como o último documento histórico, até o momento, sobre os Kayapó da

região. Esse documento é o Registro de Óbito do índio João Luiz da Silva nascido em 1899 e falecido em 1984, por falta de assistência médica em Alexandrita, distrito de Iturama, Minas Gerais (PRANCHA 5).

CAPÍTULO 3

EVIDENCIANDO O PASSADO REGIONAL: DADOS ARQUEOLÓGICOS DA REGIÃO

A associação direta entre o registro arqueológico dos períodos pré-coloniais e coloniais com a identidade étnica de povos indígenas, conhecidos histórica e etnograficamente, vem sendo discutida há um bom tempo dentro da Arqueologia brasileira. Essa tendência aumentou suas proporções, principalmente a partir do advento, nas décadas de 1960 e 1970, do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), sob a coordenação de Clifford Evans e Betty Meggers. Desde então diversas pesquisas tem sido executadas, de diferentes formas, a partir de ideias que unem as abordagens histórico-culturalistas com métodos e técnicas vindos das perspectivas processualistas (a partir de 1980) e pós-processualistas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, p. 95).

Desses trabalhos produzidos, até então, muitos buscaram através dos dados empíricos uma sistematização que permitisse a elaboração de sínteses regionais, revisão de modelos pré-concebidos e a criação de novos paradigmas interpretativos da cultura material. Para a História indígena o debate interdisciplinar entre Arqueologia, Antropologia e Etno-história tem apresentado resultados muito interessantes.

Porém, um problema decorrente de tais debates tem sido no estabelecimento de relações diretas entre os grupos étnicos com as tradições ceramistas. O problema é que muitas vezes estas associações partem de documentos históricos incompletos produzidos durante o período colonial em diante. Esse fato gera, de maneira recorrente, dados que não consideram as mudanças socioculturais decorrentes dos contatos entre os vários grupos étnicos, e também desses com os colonizadores europeus. Talvez pela maneira que os documentos históricos foram escritos, suscitando leituras homogeneizantes e sincrônicas dos dados etnográficos e históricos, produzidos ao longo deste período, dificultando a visibilidade dos intercâmbios culturais que ocorriam entre estes povos.

Um dos grandes expoentes dessas analogias, no Brasil, foi José Proenza Brochado. Na sua tese de doutorado (BROCHADO, 1984) propôs a Arqueologia como uma forma de compreender a História indígena, de modo que as trajetórias dos povos

ceramistas pré-coloniais deveriam ser identificadas pelas categorias classificatórias da Arqueologia, para melhor se entender a continuidade histórica e cultural dos grupos estudados. Com isso se apontariam as continuidades ou permanências, e as descontinuidades ou mudanças culturais, formando novos modelos para a interpretação arqueológica.

Contudo, como aponta Jorge Eremites de Oliveira (2007), essa proposta apresenta um problema na atualidade, pois estimula o uso deliberado da analogia histórica direta entre os grupos ceramistas pré-coloniais e os povos indígenas atuais conhecidos pela Etnologia, desconsiderando a dinamicidade desses grupos. Muitos dos modelos apresentados, até então, desconsideram a auto identificação desses povos e a maneira como estes se organizam e se diferenciam.

No caso da área dessa pesquisa, o termo "Kayapó" tem sido usado desde os tempos coloniais, para se referir aos grupos Jê de maneira genérica, como dito anteriormente. Associando estes com as categorias classificatórias propostas para a região em epígrafe, temos a construção de uma imagem globalizante desses povos que acabam sendo fossilizados ao longo do tempo.

Nessa dissertação não se procura entrar de maneira direta no debate sobre a relação entre identidade étnica e o registro arqueológico, pois esse tema ainda necessita de grande discussão no âmbito da disciplina, uma vez que implica em questões delicadas de vários aspectos. Porém, observa-se que o material arqueológico que vem sendo levantado na região da Bacia do Rio Grande, principalmente os vestígios cerâmicos que apresentam um variabilidade tão grande que fazem com que as categorias classificatórias apresentadas, até então, não deem conta da problemática, sendo necessárias mais pesquisas sistemáticas e análises desses materiais, para que compreendamos melhor a história desses povos e a importância que estes tiveram na formação da região.

No entanto cabe ressaltar a importância dessas classificações como um guia para iniciarmos a nossa reflexão sobre a ocupação indígena da região. Para tanto, no subcapítulo 3.2, ao caracterizar os sítios utilizamos as categorias classificatórias dadas até o momento para os povos Jê da Bacia do Rio Grande.

A questão colocada é que para pensar nesses povos Jê, é necessário ter em mente que estes possuíam identidades étnicas diferentes entre si, devido aos fenômenos dinâmicos provenientes dos contatos interculturais e das relações intraculturais. Essa

dissertação não busca identificar se estes indivíduos eram Kayapó, Xerentes, Xavantes ou Panarás, mas sim demonstrar a necessidade de estudos arqueológicos mais apurados que evidenciem as diferentes ocupações que se deram na região. Alguns autores iniciam este debate ao tratar o estado de São Paulo como terra de fronteiras (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000; AFONSO, 2005).

De maneira geral, defendem a ideia de São Paulo como uma área limite para diversos grupos ceramistas, entretanto ainda há muitas perguntas a serem respondidas, quanto a distribuição geográfica, cronologias e tipos de fronteira que envolviam esses indivíduos. No passado as pesquisas tinham como preocupação identificar vestígios que pudessem ser associados a alguma das tradições definidas pelo PRONAPA, porém o que tem se visto é a necessidade crescente de entender, através das evidências, como se deram as interações culturais entre esses grupos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996a, 1996b). O aumento de amostragem desse material cerâmico decorrente dos trabalhos de contrato (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007, 2008a, 2011) e pesquisas acadêmicas recentes (MORAES, 2007) tem demonstrado a imensa variabilidade de interações que ocorreram na região, para Afonso:

> Os achados aparentemente "exóticos", que poderiam ser interpretados como enclaves ou intrusões, mostram-se como elementos diagnósticos de uma relação complexa entre grupos diferentes, verdadeiros marcadores da interação cultural. Este passado pré-histórico está se revelando cada vez mais complexo e ao mesmo tempo mais interessante e provocativo (AFONSO, 2009, p.04).

O quadro que vem se formando para a região aponta um intenso e contínuo fluxo de grupos que perpassa quaisquer hipóteses de homogeneidade desses povos. Essas interações provam que, cada vez mais, esses grupos Jê e Tupi produziram uma gama de vestígios diferentes de qualquer outro contexto regional, evidenciando ainda mais a necessidade de uma síntese sobre a ocupação indígena na bacia do Rio Grande.

3.1 Histórico das pesquisas arqueológicas no Norte de São Paulo

O estado de São Paulo apresenta um quadro de ocupação humana pré-colonial relativamente bem conhecida. O contexto histórico evidencia inúmeros relatos e dados acerca das populações que aqui habitavam na época da chegada dos europeus. A

Universidade de São Paulo, através do Instituto de Pré-História e Museu Paulista (atualmente Museu de Arqueologia e Etnologia), teve uma atuação marcante nesta área a partir da segunda metade do século passado. Do mesmo modo, estudos desenvolvidos por intermédio de trabalhos arqueológicos em licenciamento ambiental têm contribuído para a ampliação e identificação dos diferentes contextos humanos no que se refere ao entendimento dos processos de ocupação desse território.

Foi a partir da criação da Comissão de Pré-História no ano de 1952 e posteriormente do Instituto de Pré-História em 1962, por iniciativa de Paulo Duarte, que a Arqueologia Paulista teve um enorme avanço e várias pesquisas acadêmicas se desenvolveram a partir daquele momento (AFONSO, 2005, p. 14).

Na região do Rio Grande, ao norte do estado de São Paulo, área de nossa pesquisa, os primeiros estudos arqueológicos foram realizados por pesquisadores não filiados a uma instituição. Nos municípios de Franca, Guaíra e São Joaquim, José Anthero Pereira Júnior (1957) realizou coletas assistemáticas e descreveu um material, possivelmente ligados aos Jê, em uma área até então desconhecida pela Arqueologia brasileira. Segundo Mendonça de Souza (1991, p. 89), apesar de Pereira Jr ter debatido vários temas da Arqueologia, este havia se concentrado nos estudos de arte rupestre, e somente em 1941 é que começa a publicar seus dados e observações tendo chegado a quase 60 publicações.

Na década de 1980, Solange Caldarelli e Walter Neves (Instituto de Pré-História, USP) deram início a projetos arqueológicos sistemáticos no interior do estado, nas bacias dos rios Pardo, Tietê e Guareí, formando uma nova equipe de pesquisa e levantando muitos sítios arqueológicos nas regiões norte e central paulistas. Através do Programa de Pesquisas Arqueológicas do Vale do Rio Pardo, na bacia hidrográfica do Rio Grande, os autores vão apresentar sítios arqueológicos de caçadores-coletores associados com uma produção industrial de pedra lascada, constituindo-se nos primeiros ocupantes da região. As pesquisas realizadas evidenciaram diversas ocorrências de sítios pré-cerâmicos com abundantes artefatos líticos e que apontam para uma ocupação entre 3.440±40 AP e 1690±50 AP (CALDARELLI; NEVES, 1981).

Em 1992, Márcia Angelina Alves (MAE/USP) deu início ao “Projeto Turvo”, localizado no município de Monte Alto. Houve o reconhecimento das áreas arqueológicas, onde foram identificados três sítios que foram prospectados no ano seguinte. Em 1993, teve início o resgate do sítio Água Limpa, grande expoente do

projeto. Até o ano de 2001 cinco campanhas de escavação haviam sido realizadas, além de várias etapas de laboratório. Em abril de 1999 foi inaugurado o Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto, instalado no Centro Cívico, sendo um importante meio de divulgação da Arqueologia da região (FERNANDES, 2001). As pesquisas do projeto continuam a acontecer periodicamente, tendo até o presente cerca de 7 campanhas realizadas de 1993 a 2012.

No ano de 1997, em Ouroeste, noroeste de São Paulo, a aproximadamente 600 metros a jusante dos vertedouros da UHE Água Vermelha, no Rio Grande, a queda de uma árvore revelou nos sedimentos de suas raízes, restos ósseos humanos, que foram encontrados por pescadores da região que logo informaram as autoridades. Havia ossos em grande quantidade, aparentemente enterramentos coletivos, individuais e em covas. Os ossos se encontravam mineralizados e recobertos com concreções. O resgate ficou a cargo e responsabilidade do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, sob a coordenação da Profª. Drª. Erika M. Robrahn-González, que também atestou a extrema relevância do sítio arqueológico. Posteriormente foram realizadas 12 entrevistas com membros mais antigos da região, sendo que a maioria delas foi gravada para servir de registro e de acervo inicial ao desenvolvimento de um levantamento sistemático de memória oral histórica. De acordo com as condições foram vistoriadas 30 fazendas e localizados 5 sítios arqueológicos, além das informações acerca de sítios inundados pela criação da UHE Água Vermelha (ROBRAHN-GONZÁLEZ et al, 1998; DE BLASIS, 2003).

No âmbito dos trabalhos da Arqueologia Preventiva, um projeto que se destaca é o Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos, iniciados em 2007, pela empresa de consultoria arqueológica Zanettini Arqueologia. Trabalhando no licenciamento ambiental de áreas de expansão da Usina Guarani, foram identificados cerca de 20 sítios arqueológicos até o momento. Alguns desses sítios já foram resgatados e se encontram em processo de análise laboratorial. Os trabalhos prosseguem revelando grande acervo para Arqueologia da região norte de São Paulo[4] (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007; 2008a; RODRIGUES, 2008, SCIENTIA, 2014).

[4] Aqui cabe ressaltar o trabalho que vem sendo realizado ao longo dos últimos 10 anos pela equipe do Laboratório de Arqueologia Guarani –LAG ligado a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP – Faculdade de Ciências Tecnologia, FCT – Campus de Presidente Prudente, coordenados pela Profª. Drª. Neide Barrocá Faccio. Informação oral.

Apesar desses trabalhos, o que se nota é a falta de uma síntese arqueológica para o estado de São Paulo. Com exceção da livre docência de Marisa Coutinho Afonso (2005), não temos projetos que busquem sistematizar e organizar os dados da disciplina no estado. Talvez, por conta da dinamicidade dos trabalhos que vêm sendo feitos e da transitoriedade dos dados, podemos afirmar, como aponta Afonso (2009), que *"a síntese é um produto datado, fragmentário e passível de modificações futuras com a incorporação de dados provenientes de novas pesquisas"* (AFONSO, 2009)**.**

Em 2010 a empresa Zanettini Arqueologia lançou o livro "Mosaico Paulista: guia do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo" que apresenta um mapa dos municípios do estado de São Paulo onde existem sítios arqueológicos registrados no IPHAN (Figura 6). Ao observar esse mapa o que se pode notar é que a região norte do estado apresenta uma lacuna de informação que necessita ser preenchida.

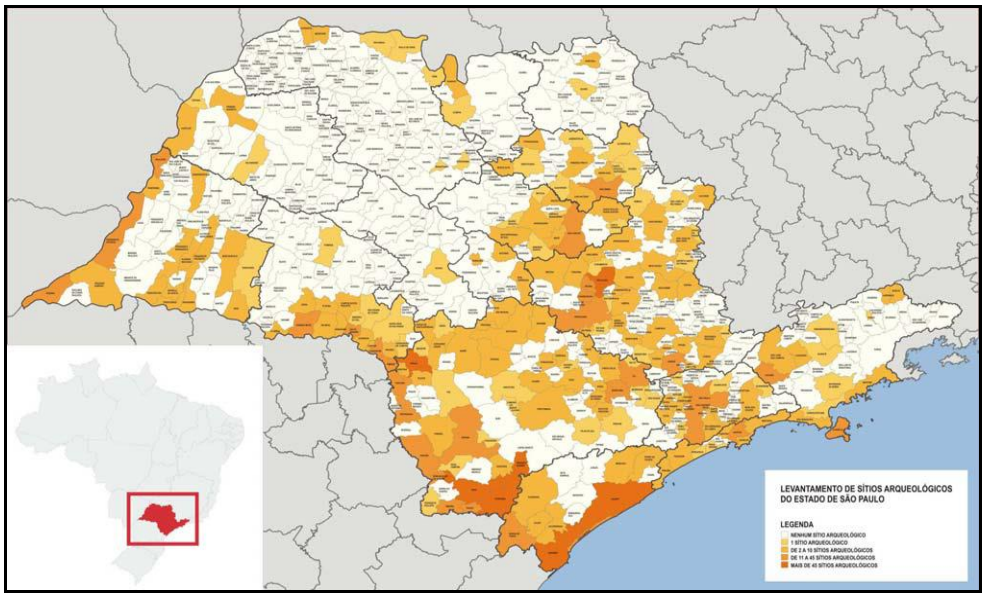

Figura 6 - Levantamento de Sítios Arqueológicos do Estado de São Paulo (ZANETTINI, 2010)

Tendo essa afirmação como guia, tenta-se iniciar uma síntese para a região Norte do estado de São Paulo, focando nas pesquisas já realizadas, para que os futuros pesquisadores da região tenham um parâmetro inicial para suas pesquisas.

3.2 Histórico das pesquisas arqueológicas no Triângulo Mineiro

A Arqueologia no estado de Minas Gerais tem início em meados do século XIX, com as pesquisas do paleontólogo dinamarquês Peter. W. Lund. O mesmo viria a desenvolver estudos precursores na região de Lagoa Santa, ao encontrar vestígios de ossadas humanas misturadas a megafauna do período Pleistocênico, na gruta do Sumidouro. Através de sua pesquisa se levantou, pela primeira vez, a hipótese de uma ocupação humana, anterior ao nosso atual período geológico. Esse fato logo chamou atenção de diversas instituições de pesquisas internacionais (PROUS, 2013 p. 36). Com isso, pode-se dizer que Lund se tornou patrono da arqueologia brasileira.

Em 1929, na mesma região da Lagoa Santa, o primeiro arqueólogo brasileiro Padberg-Drenkpohl, inicia, através do Museu Nacional, uma expedição afim de escavar a Lapa Mortuária dos Confins. No ano de 1937, a Lapa das Carrancas em São José da Lapa foi alvo de uma segunda expedição chefiada por Bastos d'Ávila. No pós-guerra e nas décadas seguintes inúmeras pesquisas foram realizadas na região central de Minas Gerais (DELFORGE, 2010 p 19). Com o advento do PRONAPA, na década de 1960, registraram-se centenas de sítios no estado de Minas Gerais, sendo a maior parte desses pertencentes a períodos relacionados as comunidades ceramistas, o que gerou uma enorme gama de classificações para os vestígios arqueológicos da região.

Contudo, é com a nova legislação ambiental, que prevê o laudo arqueológico nos processos de impacto ambiental, que as pesquisas arqueológicas se espalharam por todo estado, aumentando muito amostragem material e incitando a Arqueologia a novos questionamentos.

Segundo o levantamento realizado por Delforge (2010), em todos os municípios de Minas Gerais, existiam, até o ano de 2010, 1698 sítios arqueológicos cadastrados no estado de Minas Gerais (Figura 7). Entretanto, desses 1698, somente 860 estavam georreferenciados, enquanto 838 não possuíam coordenadas.

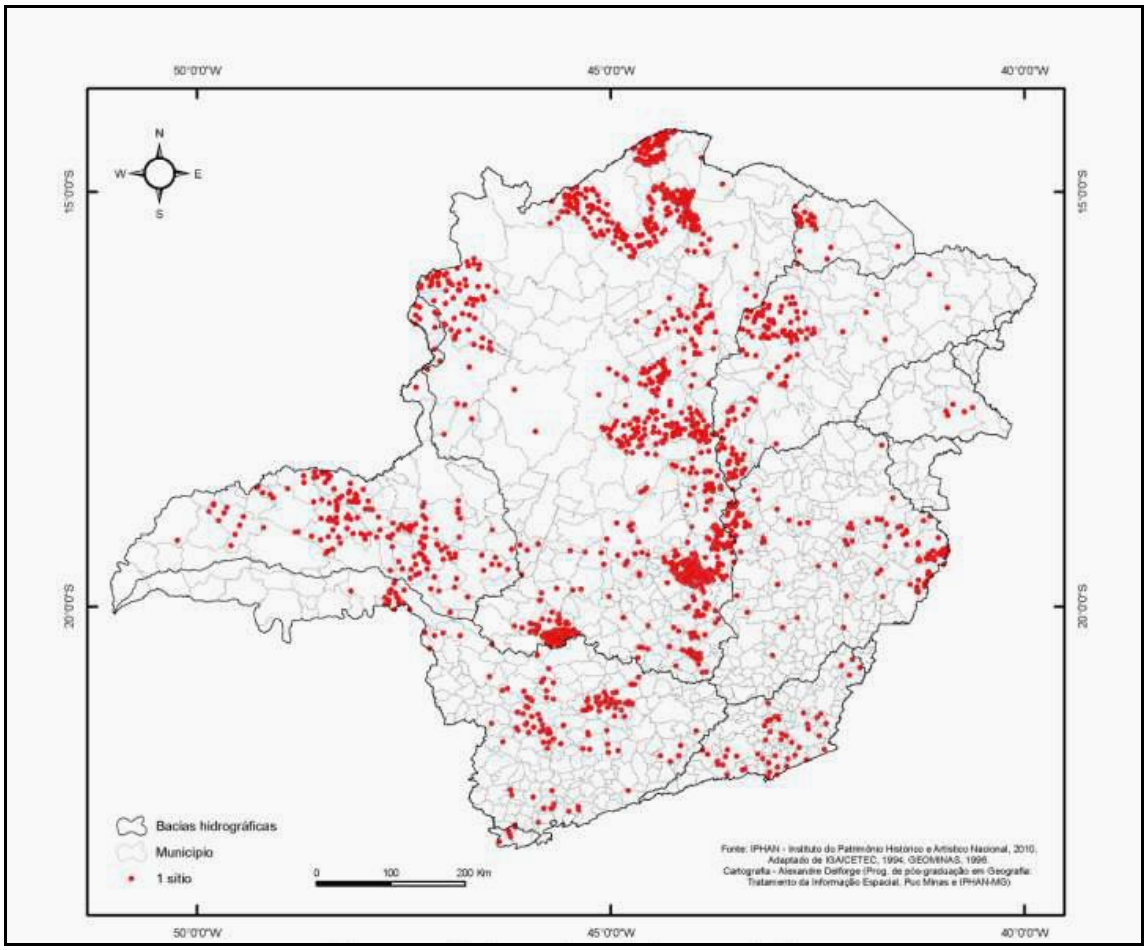

Figura 7 – Sítios Arqueológicos pré-coloniais por município e bacias hidrográficas de Minas Gerais, 1698 sítios relacionados por município (DELFORGE, 2010).

A área da presente pesquisa se encontra na bacia do Baixo Rio Grande. Por meio de sua pesquisa Delforge (2010), afirma que a região do Rio Grande ainda é pouco conhecida, apresentando apenas 49 sítios georreferenciados registrados. Segundo o autor, os sítios arqueológicos conhecidos na bacia do Rio Grande se concentram nos vales dos rios e esta característica se deve ao tipo de empreendimento que financiou as pesquisas, as hidroelétricas de AHE Funil, UHE Igarapava, PCH B3, linhas de transmissão elétrica da Transudeste, Juiz de Fora - Itutinga, Emborcação - Nova Ponte, mais alguns ligados ao parcelamento de solo e achados fortuitos. O maior número de sítios cadastrados se localiza nas margens do Rio Grande devido às pesquisas contratadas por duas grandes usinas hidroelétricas, Funil e Igarapava, principalmente (DELFORGE, 2010, p. 107). Todavia o que se nota é que grande parte desses sítios está

localizado no Médio e Alto Rio Grande, e não na região de nossa pesquisa o baixo Rio Grande (Figura 8):

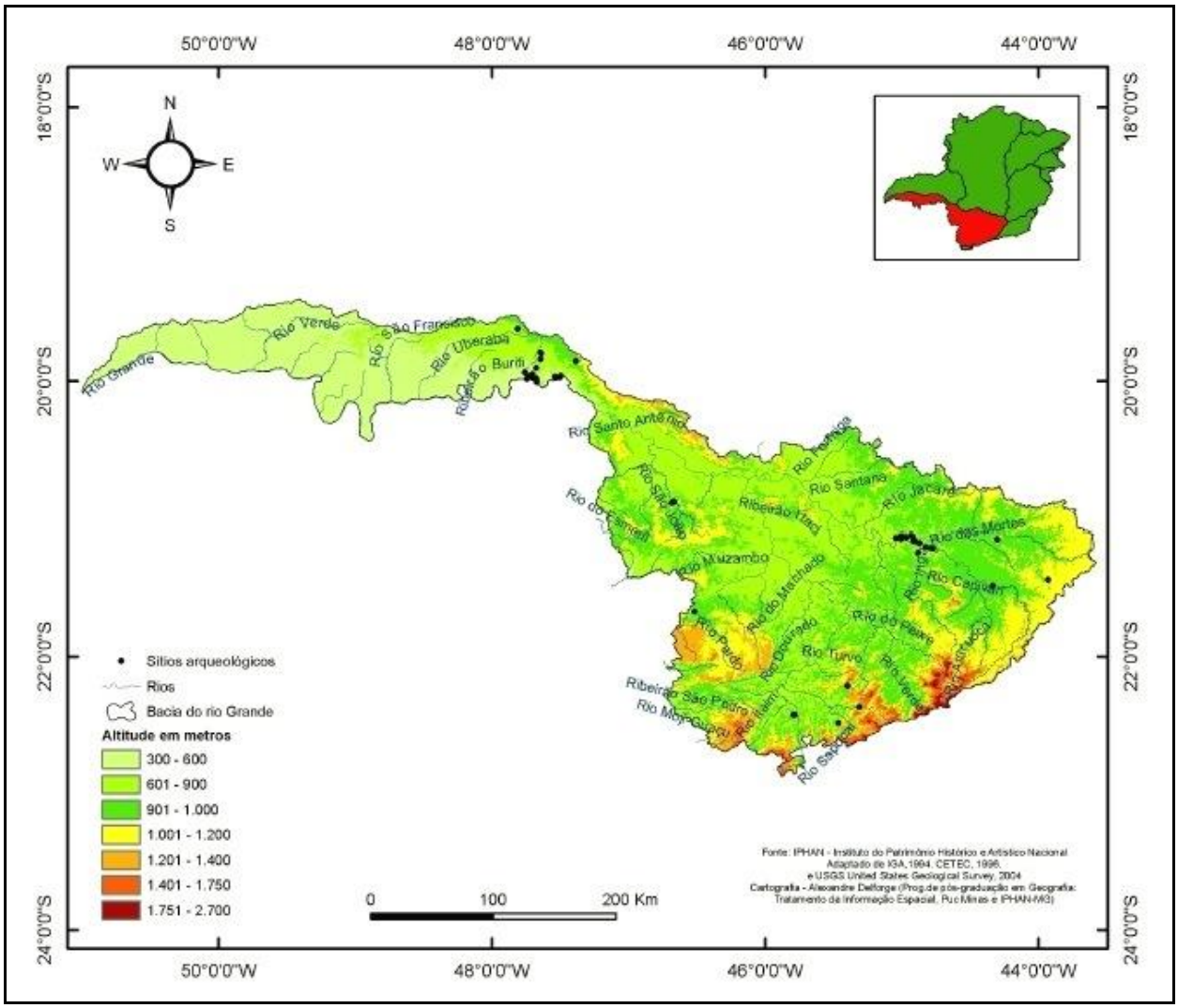

Figura 8 – Sítios Arqueológicos registrados na Bacia do Rio Grande em Minas Gerais, 49 sítios arqueológicos pré-coloniais georreferenciados (DELFORGE, 2010).

Dentre os grandes projetos de pesquisa sistemática na região, destaca-se o Projeto Quebra Anzol coordenado pela pesquisadora Márcia Angelina Alves, que tem início na década de 1980, e abrange os municípios de Perdizes, Centralina e Guimarães, na bacia do Rio Paranaíba (ALVES, 1992).

Em 2009, a Fundação Cultural de Ituiutaba, propôs ao arqueólogo Marcelo Fagundes um diagnóstico arqueológico na área do município, com a finalidade de ampliar o conhecimento da história da região e o aumento do ICMS Cultural. Em seus

quinze dias de trabalho nas margens do Rio Tijuco, na região de São Lourenço, foram identificados 38 sítios arqueológicos. De certa maneira pode-se dizer que este trabalho foi pioneiro, por conta de ser o primeiro projeto arqueológico contratado por um município na região do Pontal do Triângulo Mineiro (SCARPARO, 2013).

O mesmo arqueólogo no ano de 2011, através de um convênio entre o município de Cachoeira Dourada e a UFVJM (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri), foi chamado para empreender o mapeamento do patrimônio arqueológico do município. Até o ano de 2013, haviam sido identificados 18 sítios arqueológicos, sendo que grande parte foi encontrada as margens do Rio Paranaíba, justamente na área onde as margens foram alagadas pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. O material coletado foi levado para ser analisado no Laboratório de Arqueologia da UFVJM e os trabalhos ainda estão em andamento. Dois desses sítios foram datados (Cargão II e III) e apresentaram datas por volta de 600 a 500 anos.

Segundo Marcelo Fagundes, através de um levantamento das fichas CNSA no IPHAN/MG, a região do Triângulo Mineiro apresenta uma quantidade expressiva de sítios arqueológicos totalizando cerca de 100 sítios cadastrados, porém conforme o arqueólogo afirma esse número é muito maior chegando a 146 sítios conhecidos e estudados regionalmente (FAGUNDES, 2011).

Além dessas pesquisas, inúmeros levantamentos vêm sendo feitos no âmbito da Arqueologia Preventiva ligada aos estudos de Impacto Ambiental, principalmente ligados a implantação de Usinas Hidrelétricas no Rio Grande e na implementação dos cultivos intensivos de cana na região. Na região de Itapagipe, local do atual levantamento, o número de pesquisas ainda é pequeno, sendo o *Programa de Manejo Arqueológico dos Aproveitamentos Hidrelétricos da AES Tietê S/A SP-MG*[5] o maior empreendimento na região, com a instalação de cerca de onze usinas, vem sendo realizado desde 2006, o que tem permitido a identificação diversos sítios arqueológicos, que em grande parte se localizam as margens do Rio Grande.

[5] Este trabalho ainda está sendo executado, não possuindo nenhum relatório publicado até o presente momento. Algumas informações estão acessíveis pelo site da empresa Documento Arqueologia.

Disponível em: < http://www.documentoculturalaestiete.com/>. Acesso em: 15 out, 2015

3.3 Caracterização dos sítios arqueológicos dos ceramistas Jê da Bacia do Rio Grande

Segundo Greg Urban (1992), o local onde teriam se originado os povos Jê estaria em algum lugar entre as nascentes do Araguaia e do São Francisco, próximo a área onde os Xacriabá habitavam. A partir desse ponto teriam ocorridos duas grandes cisões: uma a 3 mil anos onde os Jê meridionais teriam migrado para o sul e outra entorno de 1 e 2 mil anos entre os ramos central e setentrional, onde estes últimos teriam se dirigido à bacia amazônica e gradualmente para oeste. Porém, o autor também cita em seu texto o curioso dado de que historicamente há uma concentração de línguas Macro-Jê na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia, e que essa região, se confirmadas as análises, poderia ser a zona de origem do Macro-Jê que dali teria se dispersado a 5 ou 6 mil anos (URBAN, 1992 p. 91).

Novos estudos linguísticos (ADELAAR, 2005; RIBEIRO; van der VOORT, 2010), demonstram que as famílias Chiquitano (Bolívia e Mato Grosso) e Jabutí (Rondônia), devem ser incluídas dentro do tronco Macro-Jê. Esses dados iriam contra a hipótese levantada por Urban (1992), e afirmariam o local de surgimento desses grupos como a região oeste no atual estado do Mato Grosso e não a leste.

Duas linhas interpretativas sobre a origem desses povos Jê predominam na Arqueologia, sendo que ambas voltadas para o Brasil Central, local onde houve mais pesquisas relacionadas à Tradição Aratu. A primeira linha defende a ideia de que os grupos Jê e Cariri teriam vindos da Amazônia em levas migratórias ocasionadas por diversos motivos possíveis como mudanças ambientais, expansão, aumentos populacionais, entre outros (BROCHADO, 1990). Dessa forma teríamos as populações do tronco Macro-Jê como os portadores da cerâmica Aratu. Na segunda linha a ideia é de que essas grandes aldeias do Brasil Central sofreram processos históricos específicos, ocorridos no Centro Oeste, que os levaram a se diferenciar na produção cerâmica (WÜST; BARRETO, 1999).

Para Robrahn-González (1996a, 2001), uma hipótese de origem dos grupos seria uma combinação de fatores internos e externos dessas comunidades, ressaltando que o desenvolvimento das mesmas pode ter derivado tanto de processos locais, quanto de deslocamentos externos, envolvendo diferentes formas de contato cultural. Neste modelo a pesquisadora aponta diversos tipos de interações entre grupos ceramistas Tupi

e Jê do Brasil Central. A autora coloca em questão a diversidade das indústrias cerâmicas do estado de São Paulo, através de cerca de 200 sítios conhecidos até então. A autora determina três grandes unidades classificatórias para o estado, sendo elas as Tradições Tupiguarani, Itararé e Aratu-Sapucaí. A primeira seria uma ocupação mais antiga e se distribuiria em todo estado, a segunda se concentraria na região sul e a terceira na região norte do estado, sendo essa última o foco desta pesquisa (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001).

A tradição arqueológica Aratu foi definida por Valentin Calderón (1972), em estudo realizado no Distrito de Aratu, localizado na Baía de Todos os Santos, sendo caracterizada inicialmente pelas inúmeras urnas funerárias piriformes. As pesquisas de Calderón (1969; 1972) consolidaram essa tradição ao localizar outros sítios no estado baiano, sendo 14 sítios no litoral norte e 12 na região ocidental do estado.

A cerâmica Aratu se distingue pela não decoração, a utilização de antiplástico mineral, vasilhas piriformes, vasos geminados, tigelas e bordas onduladas. André Prous (1992) ressalta, no entanto, a influência Tupiguarani em algumas regiões, notavelmente no litoral capixaba, onde algumas dessas vasilhas apresentam engobo, e decorações plásticas e pintadas.

Acerca da decoração na cerâmica Aratu, em um texto publicado por Jorge Eremites de Oliveira e Sibele Viana, intitulado a “Pré-História da região Centro-Oeste do Brasil” (2000), os autores já destacam o elemento decorativo não associado a influência Tupiguarani:

> Na Tradição Aratu, grande parte dos recipientes é maior que os dos grupos anteriormente tratados. Foram confeccionadas vasilhas periformes, esféricas ou elipsoides grandes. As bordas dos recipientes não apresentam reforço e as bases apresentavam-se arredondadas, côncavas ou furadas. São comuns as formas grandes que comportam de dezenas a centenas de litros, embora sejam quase inexistentes os grandes pratos ou assadores. Uma outra forma característica é um pequeno vasilhame geminado. Destacam-se ainda rodelas de fuso, carimbos e cachimbos tubulares. As decorações são poucas: inciso, entalhe, ungulado, ponteado, borda acastelada, asa, aplique mamilonar, banho vermelho e pintura preta. O antiplástico predominante é o mineral, que é substituído gradualmente pelo cariapé (Schmitz, 1976-1977; Schimtz e Barbosa, 1985). Segundo Mello et. al. (1996), esta relação temporal não está presente em toda a região Centro-Oeste, de modo que os aditivos cerâmicos devem ser utilizados com cautela na pesquisa arqueológica, podendo contribuir ocasionalmente para a identificação de grupos culturais, mas não necessariamente serem utilizados como parâmetro cronológico (EREMITES DE OLIVEIRA, J; VIANA, S. 2000, p. 15-16).

Já a Tradição Sapucaí foi definida por Dias Júnior, no estado de Minas Gerais, junto ao Rio Grande, caracterizando essa cerâmica pela presença de vasos grandes de paredes grossas, diferindo suas formas de piriformes para globulares. Apresenta por vezes o banho vermelho, e vasos menores com paredes finas perfuradas na lateral (PROUS, 1992, p. 351).

Diversos autores propõem a união dessas duas tradições, o que de fato faz sentido, pois as duas apresentam muitas semelhanças, como por exemplo, a não utilização de pratos assadores de mandioca (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996a, 1996b).

Entre as fases, se destaca para nosso estudo a fase Mossâmedes. Identificada por Schmitz entre as décadas de 1970 e 1980, no estado de Goiás, apresenta características comuns básicas das tradições Aratu e Sapucaí, porém expõe traços que indicam a influência da Tradição Uru do Brasil Central, como a utilização do antiplástico vegetal (cariapé), bases planas de 90° e grandes pratos possivelmente utilizados no preparo da mandioca (SCHMITZ et al., 1982).

A morfologia desses sítios da tradição Aratu-Sapucaí se assemelha às grandes aldeias Jê do Brasil Central, sendo formadas por casas dispostas em círculo ao redor de uma grande praça central, eventualmente com duas ou mais linhas concêntricas.

Quando voltamos nossa atenção aos sítios associados à Tradição Aratu-Sapucaí na região da Bacia do Rio Grande, a discussão se torna ainda mais complexa, por conta da variabilidade cerâmica e das interações culturais entre esses grupos Jê e desses com

os Tupi. Isso fica claro nas observações de Pereira Jr sobre seus dados coletados na região de Franca:

> Devemos fazer notar, entretanto, que em dados casos, entre restos abundantes dessa cerâmica preciosa tida como de origem tupi-guarani, ocorre um ou outro fragmento de material que, pela sua apresentação sugere origem diferente, enquanto em outros locais ocorre o contrário, ou seja o encontro dessa cerâmica melhor entre os restos de outra mais grosseira acentuadamente diversa (PEREIRA JR, 1957, p. 314).

A Bacia do Rio Grande, região da pesquisa, apresenta alguns sítios em destaque, que dialogam entre si e com alguns dados históricos apresentados. Cabe aqui apresentar alguns desses.

O sítio Maranata, localizado no município de Olímpia, foi o primeiro a ser classificado dentro da Tradição Aratu-Sapucaí na bacia do Rio Grande. Por conta de sua extensão (possivelmente uma grande aldeia) e da análise do material cerâmico, que constatou a filiação à tradição principalmente pelos formatos dos vasilhames reconstituídos em laboratório (MARANCA et al, 1994). Em 2007, a empresa Zanettini Arqueologia, no âmbito do EIA-RIMA realizado para a Usina Guarani na região de Olímpia, buscando entender melhor o enquadramento desse sítio na área de pesquisa, realizou nova análise nas peças do sítio Maranata, que se encontra sob a guarda do Museu de História e do Folclore “Maria Olímpia”. Averiguou-se que a coleção é composta por vasilhas de contorno piriforme, vasilhas semi-esféricas de contorno simples, tigelas abertas de contorno simples, e uma pequena vasilha geminada. Interessante dado, não relatado anteriormente, é o fato de duas dessas vasilhas piriformes apresentarem a decoração pintada vermelha composta por linhas e pontos aplicados com os dedos diretamente em superfície. Isso remeteria a um possível contexto de fluxo de informações entre esses grupos Jê e Tupi (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007, p. 91).

No município de Monte Alto outro sítio que se destaca é Água Limpa, localizado no ano de 1992, dentro do “Projeto Turvo” coordenado por Márcia Angelina Alves (MAE/USP). É um sítio lito-cerâmico colinar, com cerca de 10 sepultamentos primários e 2 secundários dentro de urnas funerárias globulares. Além disso, é composto por três manchas escuras associadas a habitações, todas como forma ovalar

ou semi-ovalar, sendo que uma delas possui cerca de 40 metros de comprimento. As datações para esse sítio recuam bastante em relação às outras ocupações Aratu-Sapucaí do estado de São Paulo, indo de 1524±212 AP a 375±40 AP, o que o torna um sítio extremamente importante nesse contexto.

O sítio Água Vermelha 2, município de Ouroeste, no extremo noroeste do estado, divisa com o estado de Minas Gerais, é uma aldeia extensa, com cerâmica associada à Tradição Aratu-Sapucaí, apresentando formas duplas e cônicas, sem decoração, com três tipos de antiplástico (mineral, caco moído e cariapé). Segundo Robrahn-González (1998), esse sítio é um representante do momento de diversificação cultural, que a região central do Brasil começa a sofrer, entre os séculos IX e X, onde os portadores da Tradição Uru iniciam uma interação com os ceramistas Aratu, criando assim uma nova unidade cultural (ROBRAHN-GONZÁLEZ et al., 1998, p. 98).

Em 2007, a empresa Zanettini Arqueologia, no âmbito do Programa de Prospecções Interventiva da Usina Guarani, localizou, e posteriormente resgatou o sítio lito-cerâmico Olímpia VII, no município de mesmo nome. O material cerâmico encontrado apresentava características das Tradições Uru e Aratu, como bordas acasteladas, bases planas de 90°, antiplástico de cariapé, além das formas duplas e piriformes. Duas datações feitas por termoluminescência indicam as datas sendo elas 490±110 AP e 360±80 AP; esse sítio apresenta características semelhantes ao sítio Água Vermelha 2, podendo estar associado ao mesmo processo de diversificação cultural ocorrido na região do Brasil Central.

Interessante ressaltar que apesar de notarmos a influência Uru na cerâmica Aratu nesses contextos, não podemos associá-las à fase Mossâmedes descrita por Schmitz (1982), pois aqui ao contrário existe uma grande variação nas formas e também não foram encontrados pratos assadores, típicos da Uru, como sugere o autor. Nesse contexto regional, o que se observa é que as categorias analíticas ainda não dão conta da problemática que vem sendo evidenciada.

Aqui apresentamos as descrições disponíveis para apenas alguns desses sítios associados às Tradições Aratu e Uru na Bacia do Rio Grande. O número de sítios levantados até o momento filiados a essas categorias vem crescendo com os trabalhos recentes da Arqueologia Preventiva. No âmbito acadêmico, no entanto, o que observamos é o pequeno número de pesquisas sistemáticas na região, o que transforma a área em um potencial foco para futuras pesquisas. Destacamos alguns sítios

cadastrados ligados à Tradição Aratu/Uru no estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro:

Sítio	Município	Filiação	Referência
Coletas Assistemáticas	Franca-SP	Aratu-Sapucaí	PEREIRA JÚNIOR, 1957
Ribalta	Conquista-MG	Aratu-Sapucaí	JUNQUEIRA; MALTA, 1998[6].
Mandioca	Conquista-MG	Aratu-Sapucaí	JUNQUEIRA; MALTA, 1998
Maranata	Olímpia-SP	Aratu-Sapucaí	MARANCA, 1994
Água Limpa	Monte Alto-SP	Aratu-Sapucaí	ALVES, 1992
Água Vermelha 2	Ouroeste-SP	Aratu-Sapucaí	ROBRAHN-GONZÁLEZ et al., 1998
Água Vermelha 1	Ouroeste-SP	Uru	ROBRAHN-GONZÁLEZ et al., 1998
Água Vermelha 6	Indiaporã-SP	Aratu-Sapucaí	DE BLASIS, 2003
Boiadeira	São José do Rio Preto-SP	Aratu-Sapucaí	SCIENTIA, 2006
Barro Preto	São José do Rio Preto-SP	Aratu-Sapucaí	SCIENTIA, 2006
Olímpia I	Olímpia-SP	Aratu / Uru	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007
Olímpia III	Olímpia-SP	Aratu / Uru	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007
Marinheiro	Pedranópolis-SP	Aratu / Uru	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007
Ribeirão Pitangueiras	Barretos-SP	Aratu / Uru	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009

Tabela 1 – Exemplos de sítios Jê da região pesquisada

Em essência podemos então apontar algumas características gerais que se destacam nessa ocupação Jê, na região da pesquisa, em relação a outras localidades.

[6] Disponível em: < http://www.uhe-igarapava.com.br/zpublisher/materias/levantamento-arqueologico.asp?id=15> Acesso em: 04 de novembro de 2015.

Em relação à morfologia dos sítios, estes apresentam a forma circular ou elíptica, com áreas organizadas e dispostas em até três concentrações. Baseado em alguns modelos interpretativos criados a partir de trabalhos etnográficos no Brasil Central, essa forma circular das atuais aldeias dessa região estaria ligada à ideia de igualdade e reciprocidade, visível através da equidistância entre as casas dispostas no círculo. Para alguns arqueólogos esses dados permitem uma identificação nos sítios arqueológicos da divisão da aldeia em metades (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001, p. 42).

Ao mesmo tempo, podemos pensar na semelhança da localização desses sítios na paisagem. Tanto no Brasil Central quanto nesses sítios arqueológicos do Rio Grande, notamos que as aldeias se encontram implantadas longe do rio principal, geralmente em um de seus afluentes. Com exceção do sítio Água Vermelha 2, que se encontra no Rio Grande, próximo à confluência deste com os rios Paranaíba e Paraná.

Outro fato interessante é a presença de sepultamentos primários no sítio Água Limpa em Monte Alto. Essa não é uma característica comum a esses sítios Aratu/Uru que geralmente apresentam sepultamento secundário em urnas piriformes e em quantidade considerável. Além disso, alguns vasilhames apresentam formas carenadas e cilíndricas, podendo indicar uma interação desses povos com os grupos Tupi da região do Mogi-Guaçú e Pardo (AFONSO; MORAES, 2006).

3.4 Levantamento nos arquivos municipais e no IPHAN (MG e SP)

A coleta de dados teve início no ano de 2012, através do levantamento bibliográfico teórico e das documentações históricas sobre os povos Jê da região. De fato essa pesquisa histórica já havia sido bem tratada por diversos autores (NEME, 1969; GIRALDIN, 1994; ATAÍDES, 1998; KOK, 2004; LOURENÇO, 2010; MORI, 2015), este trabalho, portanto, focou-se em organizar os dados da melhor maneira possível.

Em 2013 e 2015, se deram os levantamentos nos arquivos das Superintendências Regionais do IPHAN de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, onde foram reunidas as fichas de cadastro de sítios dos munícipios da região da pesquisa. A análise das fichas de cadastro de sítios arqueológicos revelou que estas apresentam muitas lacunas. Para avaliar a quantidade de sítios por categoria, foram selecionados os dados

mais relevantes para a identificação de sítios e localização do material, culminando no banco de dados inserido no final dissertação (ANEXO I)[7].

O aumento significativo dos sítios, encontrados nos últimos anos, pode ser atribuído a edição da Resolução CONAMA 001 de 1986, que incluiu a pesquisa arqueológica no âmbito dos estudos de licenciamento ambiental. Essa situação gerou uma nova tendência de mercado para a arqueologia com características particulares, e que vem sendo discutida amplamente por diversos pesquisadores da área (DELFORGE, 2010 p. 71). No ano de 2009, a empresa Zanettini Arqueologia, demonstrou, através de um levantamento, que 90% das pesquisas arqueológicas no Brasil estão ligadas ao licenciamento ambiental (ZANETTINI et al., 2009). De fato dos 293 sítios levantados na área da pesquisa apenas 1% não fazem parte de pesquisas de licenciamento ambiental.

Passível de nota é a qualidade das pesquisas que varia muito, devido à falta de pessoal qualificado para a realização dos campos. Isto é visível ao se observar o preenchimento das fichas de sítios arqueológicos e na redação dos relatórios de licenciamento, onde faltam muitas informações.

O campo de datações do material arqueológico, que seria dado importante para a complementação dessa pesquisa, uma vez que se estabelece uma história de longa duração dos grupos Jê da região, foi excluído desse estudo, devido à ausência quase absoluta de informações sobre esses dados nas fichas e relatórios, apenas algumas datações para o estado de São Paulo permitiram criar a seguinte tabela (TABELA 2):

[7] Ressalta-se aqui que o preenchimento de tal tabela foi realizado copiando as descrições da ficha CNSA na íntegra, ou seja, exatamente como os responsáveis pelo cadastro apresentaram. Porém, a tabela também possui sítios que não constam no CNSA do IPHAN, tendo sido levantados através de bibliografia e pesquisa na internet.

SÍTIO	CNSA	MUNICÍPIO	MÉTODO	RESULTADO (ANOS AP)	REFERÊNCIAS
Olímpia VII	SP01160	Olímpia	TL	360±80	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008
Água Limpa	SP00321	Monte Alto	TL	375±40	FERNANDES, 2001
Ribeirão das Pitangueiras	SP01058	Barretos	TL	430±80	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009
Olímpia VII	SP01160	Olímpia	TL	490±110	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008
Água Vermelha 2	SP00562	Ouroeste	C14	700±70	ROBRAHN-GONZÁLEZ et al., 1998
Marinheiro	SP01051	Pedranópolis	C14	930±40	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009
Água Vermelha 2	SP00562	Ouroeste	C14[8]	1010±50	ROBRAHN-GONZÁLEZ et al., 1998
Marinheiro	SP01051	Pedranópolis	TL	1100±150	ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009
Água Limpa	SP00321	Monte Alto	TL[9]	1524±212	FERNANDES, 2001

Tabela 2 – Datações na região norte de São Paulo

As coordenadas dos sítios, representada pelo ponto central dos mesmos, foram inseridos dentro do sistema *Universal Transversal Mercator*, UTM, pois este foi o sistema utilizado na maioria das fichas.

Ao final da coleta foram identificados o total de 293 sítios arqueológicos cadastrados na área que abarca 118 municípios, dos quais 19 destes se localizam no estado de Minas Gerais e os 99 restantes no estado de São Paulo.

Dentro das bacias paulistas pesquisadas, a Bacia do Pardo-Grande (UGRHI 12) apresentou 46 sítios, a Bacia do Turvo-Grande (UGRHI 15) apresentou 71 sítios e a bacia do Sapucaí-Grande (UGRHI 8) apresentou 87 sítios cadastrados. Enquanto na

[8] C14 – Carbono 14
[9] TL - Termoluminescência

margem mineira, a Bacia do Baixo-Grande (GD8) apresentou um total de 89 sítios cadastrados (Figura 9).

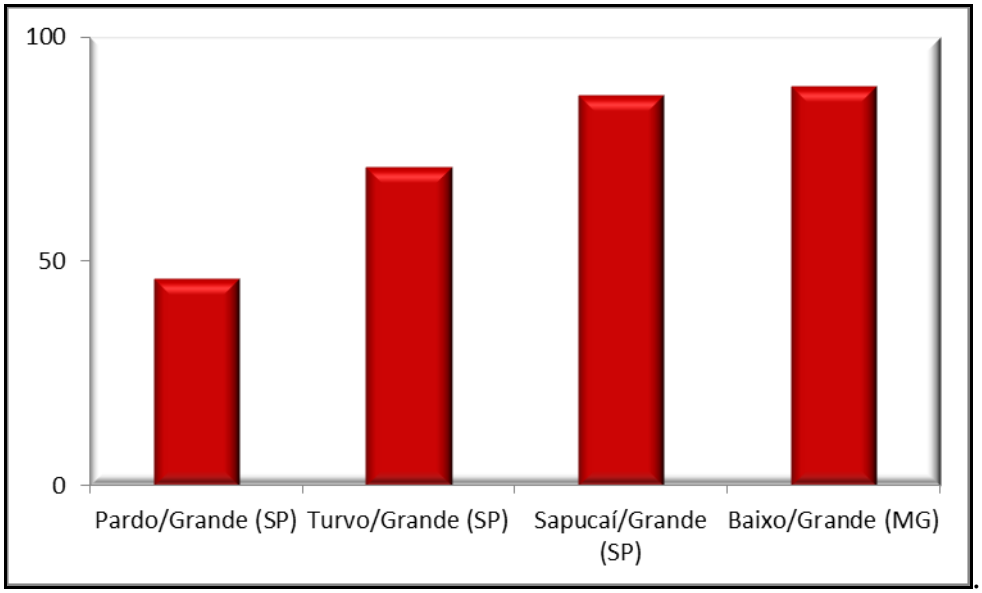

Figura 9 – Gráfico de nº de sítios por bacia hidrográfica

Considerando o total de sítios levantados pela pesquisa, os tipos de sítios registrados na região variam de maneira significante. A maioria dos sítios cadastrados, cerca de 107 sítios, são do tipo cerâmico, 99 lito-cerâmicos, 62 líticos, 16 históricos, 2 de arte rupestre, 1 multicomponencial e 6 sem informação, totalizam os 293 sítios cadastrados, configurando o seguinte gráfico (FIGURA 10):

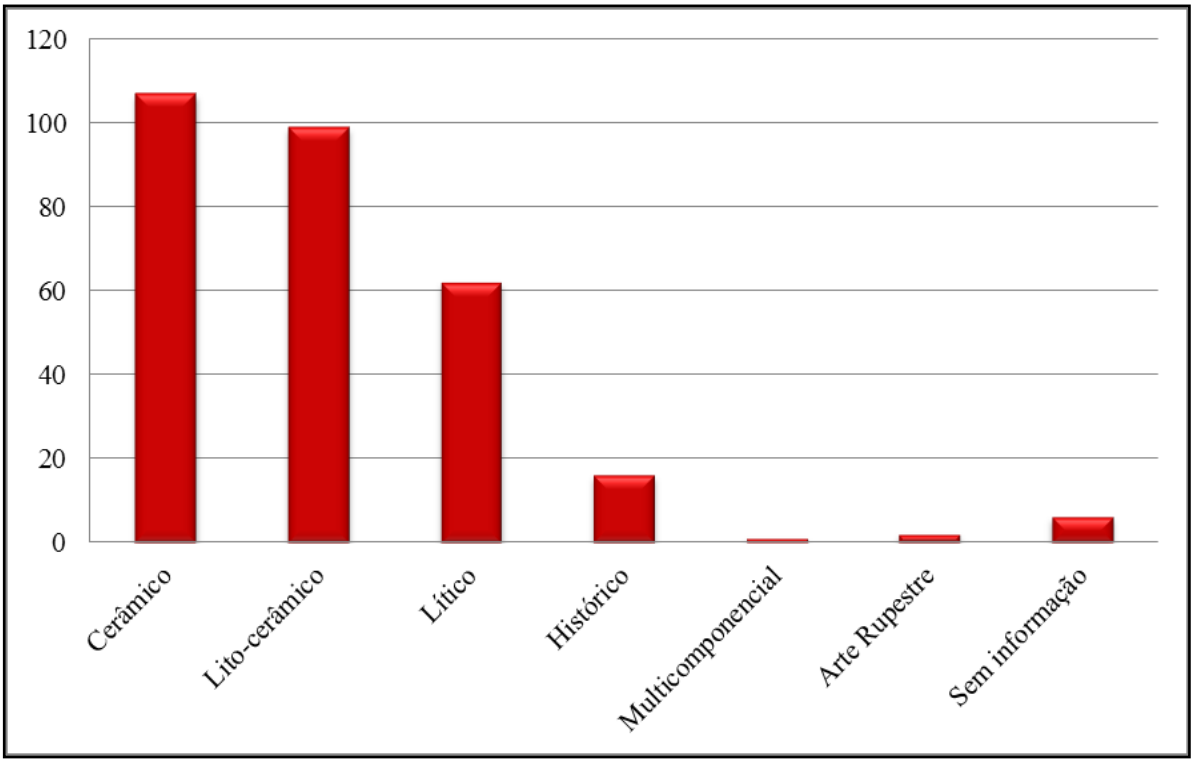

Figura 10- Gráfico de nº de sítios arqueológicos por tipo

Os sítios históricos, líticos, cerâmicos e multicomponenciais foram inseridos no estudo através de um mapa de números de sítio por município, semelhante ao produzido por Zanettini (ZANETTINI, 2010), para que ilustremos um quadro geral da arqueologia na região (Figura 11)

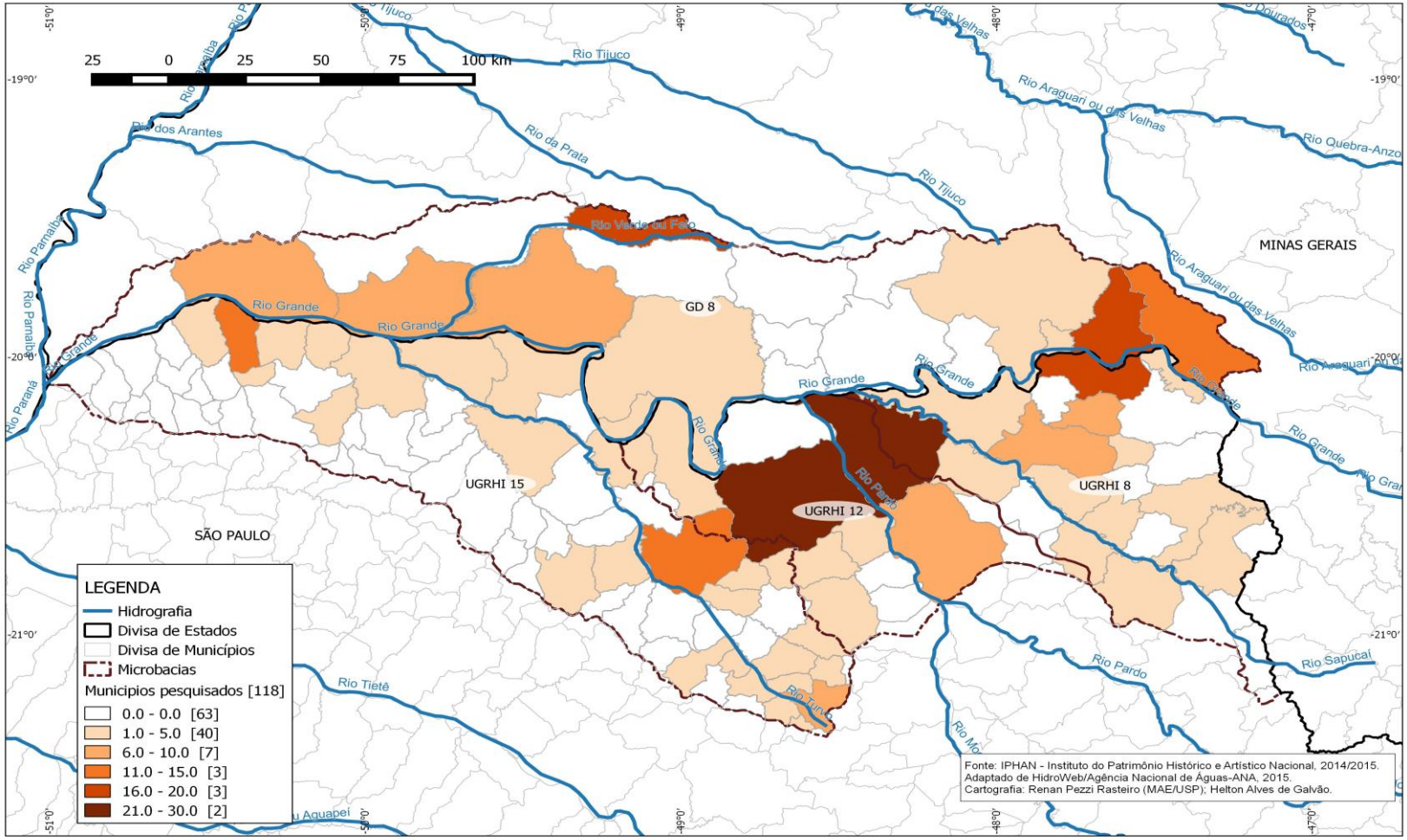

Figura 11 – Mapa com nº de sítios por município da área pesquisada

Do total de 293 sítios, 206 se caracterizam como sítios cerâmicos ou lito-cerâmicos, foco da presente pesquisa, porém, apenas 170 apresentaram coordenadas geográficas válidas, cerca de 82% do total de sítios ceramistas. Como o principal interesse dessa pesquisa se volta para os povos Jê da bacia do rio Grande, a prioridade na análise das fichas de cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA), foi identificar quais destes sítios poderiam indicar alguma relação com esses grupos.

Cerca de 49 sítios ceramistas dos 206 foram classificados dentro da categoria Aratu, enquanto 10 estão associados a Tradição Tupiguarani e 1 sítio classificado como Tradição Uru. Outros sítios foram cadastrados com duas tradições ceramistas, sendo que 6 destes apresentam características Aratu e Uru e 2 que características Aratu e Tupi. O restante dos sítios não possui nenhuma categoria classificatória aparente, simplesmente foram identificados (FIGURA 12):

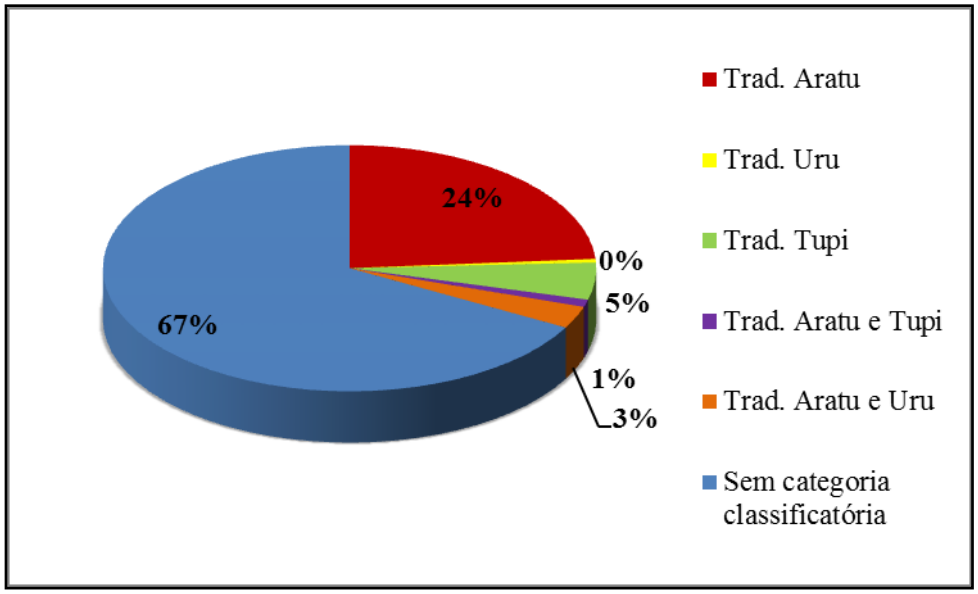

Figura 12 - Sítios cerâmicos da região – Categorias Classificatórias

O levantamento na margem paulista apresentou um total de 152 sítios cerâmicos ou lito-cerâmicos, sendo que 26 destes não possuíam coordenadas geográficas. Destes sítios 25 foram considerados pertencentes à Tradição Aratu, 9 à Tradição Tupi, 1 à Tradição Uru, 2 Aratu/Tupi e 6 Aratu/Uru. A margem mineira apresentou um total de 54 sítios cerâmicos ou lito-cerâmicos dos quais 10 não possuem coordenadas

geográficas. Destes 24 pertencem a Tradição Aratu e apenas 1 a Tradição Tupi, o restante não possui nenhuma categoria classificatória (Figura 13).

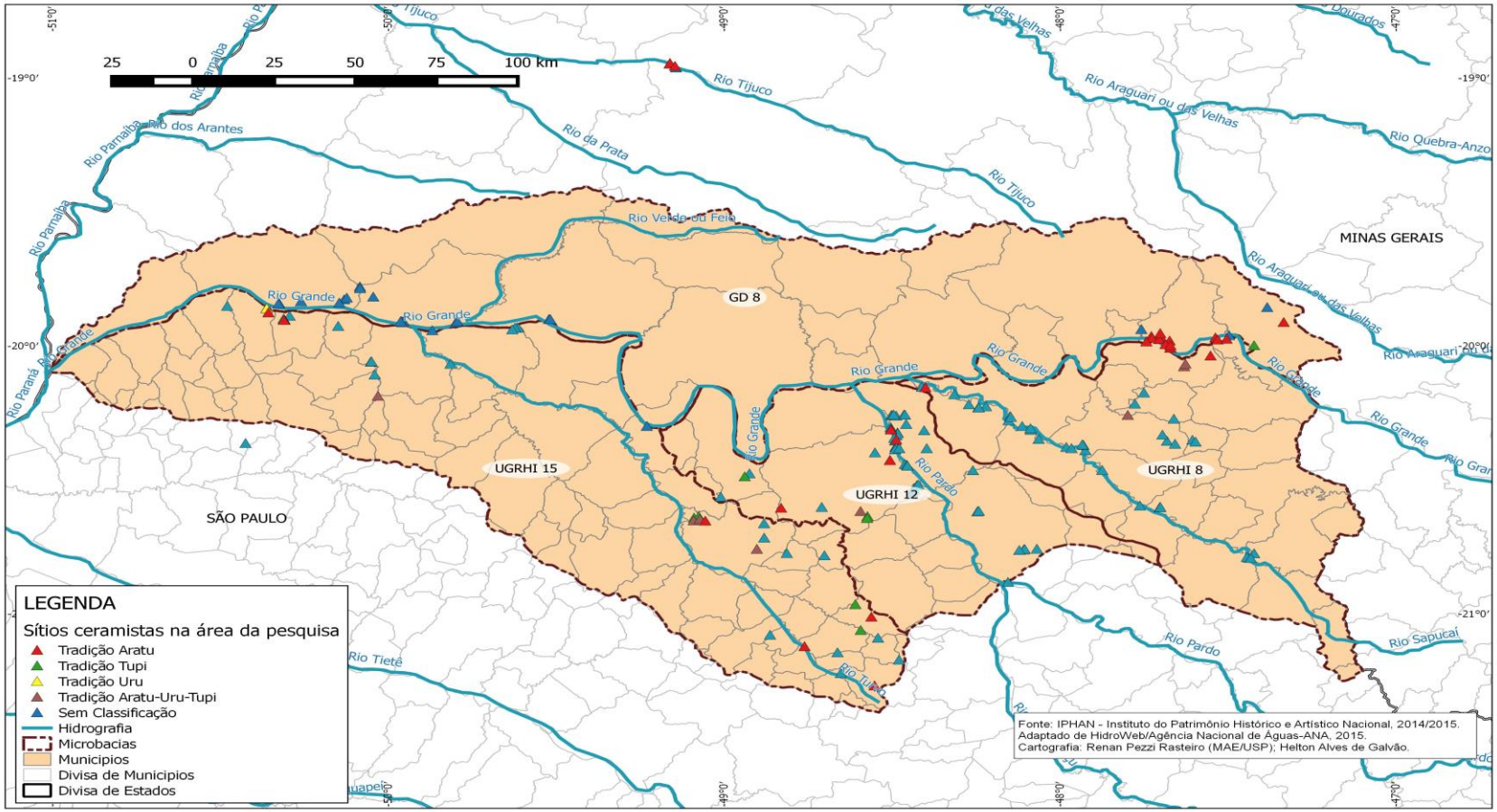

Figura 13 - Sítios arqueológicos cerâmicos cadastrados na área pesquisada

Os vestígios cerâmicos da Bacia do Rio Grande apresentam uma variabilidade muito grande em comparação com Goiás e outros estados. As formas dos sítios não têm sido bem definidas nos relatórios de Arqueologia Preventiva, isso se dá inclusive por conta da agricultura intensiva da região, o que dificulta as comparações com os dados etnográficos. Poucos são os trabalhos acadêmicos sistemáticos na região que permitam alguma hipótese maior. A distribuição dos diversos sítios arqueológicos na bacia do Rio Grande evidenciam amplas áreas sem informação (Figura 14).

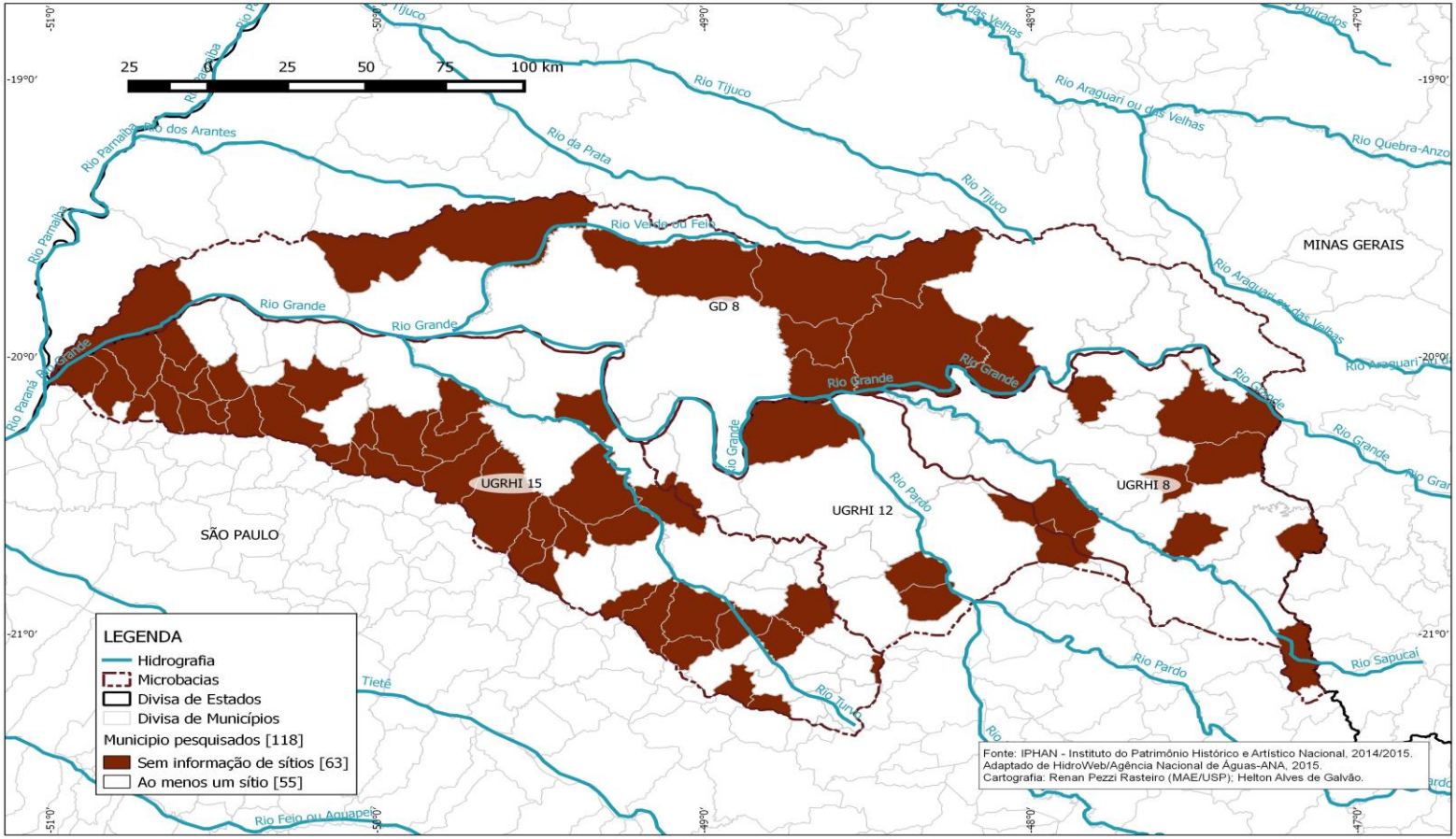

Figura 14 – Mapa com as áreas sem informação de sítios

Essas lacunas não significam a falta de uma ocupação indígena, mas sim a ausência de estudos sistemáticos na área. Por muitas vezes os trabalhos de licenciamento arqueológico tem prazos reduzidos para sua realização, o que dificulta uma ação mais minuciosa dos arqueólogos.

Os locais que apresentam mais sítios cadastrados são os municípios onde os trabalhos realizados tiveram mais tempo para sua elaboração. No caso da margem paulista, por exemplo, esse dado se aplica aos municípios de Barretos, Olímpia e Guaíra, no trabalho já citado da empresa Zanettini Arqueologia em conjunto com a Usina Guarani (ZANETTINI, 2009) onde cinco anos de trabalho permitiram o registro de mais de 40 sítios dentro do projeto. O mesmo caso dos trabalhos da UHE Igarapava (JUNQUEIRA; MALTA, 1988, 1997) e da empresa Documento Arqueologia para a AES Tietê no Triângulo Mineiro.

O levantamento arqueológico de campo foi realizado no primeiro semestre de 2015, com o intuito de evidenciar a recorrência de material arqueológico e de conhecimento histórico sobre os indígenas presentes nos relatos orais das comunidades locais.

Dessa maneira, optou-se por dar especial atenção à margem mineira do projeto, pois, além dos dados já descritos na página 51 desse trabalho, na área em questão eram poucos os sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN-MG, como foi averiguado em levantamento realizado na instituição. As cidades selecionadas foram Itapagipe, São Francisco de Sales e Iturama (o levantamento nesse município já foi descrito na página 51), por conta da relação destas com os empreendimentos recentes ligados a AES Tietê e a barragem da UHE Água Vermelha, instalada no Rio Grande.

No município de Itapagipe, através de indicações da Secretaria de Cultura da cidade, recebeu-se a informação da recorrência de materiais arqueológico em uma propriedade rural, sem denominação, localizada a 20km do município na margem do Córrego da Égua, afluente direto do Rio Grande. Em breve prospecção de superfície foi possível constatar a presença de vestígios cerâmicos e lítico em abundância, assim como fragmentos e peças retiradas pelos moradores locais (PRANCHA 1; ANEXO III). O sítio se encontra na média para baixa vertente, na margem direita do córrego, na coordenada 22 K 651691 7800683 (DATUM WGS 84). Por ter sido um levantamento prévio sem coleta de material amostral, aponta-se que para pesquisas posteriores esse

sítio apresenta um interessante contexto que pode complementar a história indígena local.

No município de São Francisco de Sales também foram realizados levantamento em campo, através de breve prospecção em superfície. Com isso foi registrada grande abundância de materiais arqueológicos na fazenda Monte Belo, no local antigamente chamado de Porto Mancinho – aproximadamente 15km do município. Em visita ao local confirmou-se uma grande dispersão de materiais arqueológicos, cerâmica e ferramentas líticas, assim como uma possível urna funerária intacta (PRANCHAS 2 e 3). Entretanto, foram notadas no momento que algumas peças estavam já catalogadas *in situ*, nomeadamente as observadas estavam como "PON 21" e "PON 20". Após o levantamento dos relatórios arqueológicos da região, foi compreendido que esse sítio se trata do sítio arqueológico Pontal, registrado em campo pela empresa Documento, que vem trabalhando no licenciamento da AES Tietê. Apesar do registro não constar no banco de dados do IPHAN/MG (provavelmente o projeto está em trâmite no IPHAN, em Brasília), o site da empresa[10] apresenta um mapa dos sítios cadastrados no projeto, e juntamente com as coordenadas registradas por nós em campo (22 K 618404 7794565 – WGS 84), acredita-se que seja o mesmo sítio arqueológico.

De todo modo, apesar de rápido levantamento, foi possível averiguar a riqueza de dados locais acerca do registro arqueológico. Os poucos vestígios identificados em campo, devem reforçar um posterior trabalho sistemático na região, que possibilite uma melhor compreensão dos grupos indígenas que ocuparam a bacia do Rio Grande.

[10] Disponível em: <http://www.documentoculturalaestiete.com/group/mapas-de-trabalho>. Acesso em: 10 de setembro de 2015

CONCLUSÃO

Com base nos dados arqueológicos evidenciados, em conjunto com os documentos históricos acerca dos Kayapó Meridionais, projetou-se uma síntese da história da ocupação dos grupos Jê na Bacia do Rio Grande.

As datações na região da pesquisa apresentam uma ocupação pré-colonial a partir do final do século IV e início do V, e que vai até o período colonial no século XVIII, o que confirma o longo período em que esses grupos habitaram a área.

Os sítios Maranata (Olímpia-SP), Água Limpa (Monte Alto-SP), Olímpia VII (Olímpia-SP), Água Vermelha 2 (Ouroeste-SP), entre outros, dialogam justamente com a hipótese apresentada por Robrahn-Gonzalez sobre as interações entre os diversos grupos (1996). Porém, estes não evidenciam somente a influência dos grupos habitantes do Planalto Central, refletindo um contexto extra-regional com intercâmbios de grupos Guarani vindos do sul e do oeste, Tupinambá vindos do norte e Jê vindos do Planalto Central e do leste (AFONSO; MORAES, 2006). Além disso, as datações do século IV permitem afirmar que essas interações estão se dando em um período anterior do que se imaginava, e perduram por todo período colonial.

Pelos dados arqueológicos expostos no capítulo 3, nota-se que, até o presente momento, a um predomínio da Tradição Aratu na região da Bacia do Rio Grande em relação a outras Tradições ceramistas. Todavia, cerca de 10 sítios apresentaram algum tipo de interação entre grupos ceramistas Aratu, Tupi e/ou Uru.

O período anterior a colonização da região parece ter sido marcado por essas interações, sejam elas de cunho pacífico ou belicosas. O caráter guerreiro e saqueador das sociedades Jê da região é relatado tanto nos registros históricos quanto nos dados etnográficos, reforçando a ideia dessa intensa dinâmica social entre grupos e que pode ter gerado sítios cerâmicos com ampla variabilidade.

Durante esse momento, diversos foram os relatos de naturalistas, viajantes e sertanistas que estiveram na região, acerca desses grupos Jê, como já citados no capítulo 2. Ao analisar os dados históricos e o material arqueológico cerâmico descrito nos relatórios de pesquisa da área, destacam-se algumas correlações acerca do material cerâmico regional e as populações indígenas estudadas.

Quando se observa as datações para a cerâmica Jê na região da pesquisa (Tabela 2), nota-se que as últimas datas ocorrem no século XVII, justamente o momento de

abandono de várias aldeias, possivelmente em conseqüência da guerra contra os sertanistas, porém ainda são necessárias mais datações para que possamos afirmar algo.

Durante todo período documentado historicamente desses povos, do início do século XVII até os meados do século XX, raríssimos são os relatos de suas lavouras e atividades ceramistas. Talvez devido ao fato das aldeias não terem sido visitadas com a intenção de descrição ou observação. Esses povos, em sua maioria, foram descritos somente em situações de guerra ou como aldeados nos aldeamentos oficiais. Uma das raras informações está contida no registro dado pelo sertanista Antônio Pires Campos:

> [...] e falando do Rio Grande (em que mete o Tietê e perde seu nome) navegando por ele acima, se dá em um rio chamado Pernaiba, e por ele acima habita o gentio chamado Caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado de Maranhão chamam principal, a qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes desses bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, é seu maior exercício serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que de comerem seus mortos [...] e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos [...] (TAUNAY, 1976 p. 181-182).

Outro relato raro é retomado por Lowie (1946), formado por parte das descrições de Pohl e Saint-Hilaire, que estiveram no aldeamento de São José de Mossâmedes em Goiás:

> The habitations , originally arranged in a circle, had a frame covered with palm leaves and grass thatching. The inmates slept on platform beds, had stone fireplaces, and cooked in earth ovens. In making, the hearth, which had a lateral groove, was held with the foot; both parts of the apparatus were of urucú. Live embers were used to singe the hair. Black and blue varieties of maize were preferred, Cotton was neither cultivate nor spun. Textiles included mats and elliptical baskets of buríti fiber. Bows, arrows, and clubs are mentioned as weapons (…) Mourners gashed their chests with arrows or struck their heads. At the death of a prominent man they wailed and eulogized the deceased; the chief would club a kneeling Indian on the forehead, and the resulting blood was smeared on the corpse. Interment was sitting position, and food as well as the dead man’s weapons were deposited with the corpse. (LOWIE, 1946 p. 519-520)

Tais relatos trazem informações valiosas como hábitos alimentares, matérias primas de confecção e a descrição de rituais, que podem ajudar a compreender melhor a organização social e cultural destes grupos, colaborando para as futuras interpretações arqueológicas dos sítios da região desta pesquisa.

É de se pensar que no século XVII, nos primeiros contatos pacíficos, os colonizadores tenham encontrado essas aldeias Kayapó plenamente instaladas, com suas roças, suas cerâmicas e seus campos de caça e coleta.

A partir do século XVIII, com o início das guerras entre esses Jê e os sertanistas, ocorreram desagregações sociais desses indígenas que tiveram sua população reduzida por escravização, guerras e principalmente por doenças que se alastravam pelos aldeamentos oficiais da época.

Dentro das análises arqueológicas comparativas, há, até o momento, a premissa de que o território dos Kayapó Meridionais, identificado etnograficamente nos documentos etno-históricos, coincide com uma categoria classificatória denominada fase Mossâmedes (SCHMITZ, 1982), apesar de serem necessários estudos mais amplos para tal afirmação.

Outro dado a se considerar seria o tamanho e as formas das aldeias dos Kayapó Meridionais em relação ao tamanho e forma dos sítios arqueológicos da área. Como vimos no capítulo 2, os relatos mais consistentes sobre os Kayapó começam a aparecer no século XVIII, já após a descoberta das minas de Cuiabá e Goiás.

A resistência oferecida pelos grupos Jê ao longo dos séculos de confronto, bem como a grande extensão habitada por esses, não resta dúvida de que constituíam um amplo contingente populacional. Cunha Mattos, no século XIX, fala sobre esse grande número:

> O número da tribo é sem dúvida mui grande, pois que foram encontrados arranchamentos deles de 400, ou mais campas pelo capitão Francisco Soares de Bulhões, na expedição feita por ordem do governador e capitão general José de Almeida Vasconcelos (CUNHA MATTOS, 1979 apud ATAÍDES, 1998, p. 169).

Já nas décadas finais do século XIX, Desgenettes, escrevendo a um amigo, comenta sobre a vasta população Kayapó Meridional:

> Se reunirem todas as aldeias dessa mesma nação, ellas forneceriam um contingente de 3000 arcos, o que elevam a 10 ou 12000 almas o número dos Cayapós. Creio esse cálculo exagerado. O que me parece exato é o seguinte: os Cayapós, que dominão o Rio Verde, Rio Bonito e Jatay, podem fornecer de 200 a 300 arcos e que incluí uma população de 1500 a 2000 almas (DESGENETTES, 1882 apud ATAÍDES, 1998, p. 169).

Os dois relatos parecem muito interessantes, sendo que o de Cunha Mattos é mais plausível em relação ao de Desgenettes, pois esse último escreve no século XIX quando o número de Kayapó Meridionais já havia sido bastante reduzido. Porém, se observamos os sítios arqueológicos que vem sendo encontrados, principalmente na região de Goiás e que vem sendo associados a fase Mossâmedes, podemos estabelecer alguns paralelos.

Os sítios arqueológicos da denominada fase Mossâmedes se apresentam como áreas grandes na forma circular. Segundo Schmitz (1982), os sítios seriam grandes, com várias concentrações de material cerâmico, aparentemente dispostos ao redor de um espaço vazio, em alguns casos parece que a aldeia apresentava a forma elíptica. Sintetizando o trabalho que Wüst (1983a) realizou no Mato Grosso ao analisar cerca de 70 sítios ligados a essa fase, Schmitz (1982) vai dizer sobre o tamanho dos sítios:

> Assume forma anular, em um ou dois anéis, às vezes incompletos, formados por diversas manchas escuras, que correspondem aos locais de habitações. O número dessas manchas, num único sítio, pode chegar a mais de 70 (...) o diâmetro máximo dos sítios, para as quais há dados confiáveis, variavam de 155 a 600 m e a área total dos assentamentos de 16000 a 185000 m². No espaço central, apesar de ocorrência ocasional da deposição de material arqueológico disperso, não foram identificadas estruturas específicas. Nos sítios em bom estado de conservação a largura máxima de deposição anular varia de 20 a 112m, ocupando esta área uma ordem de 50 a 60% da área total do sítio. A superfície correspondente a uma só habitação pode variar de 25 a 300 m², sendo mais frequente aquelas de 100 a 150 m². O tamanho e a multiplicidade de fogueiras dentro do mesmo espaço habitacional demonstra que se trata de habitações pluriformes (SCHMITZ, 1982 apud ATAÍDES, p. 171).

Com isso, o que podemos ver é que os dados etno-históricos sobre a forma e tamanho das aldeias são compatíveis com as descrições dos sítios arqueológicos da região.

Com o registro arqueológico revelado, podemos identificar alguns elementos de semelhança que definiram esses grupos, e que, consequentemente, os articulou dentro de uma filiação arqueológica denominada Tradição Aratu. Isso provavelmente deve estar relacionado a eventos migratórios e processos de trocas constantes entre esses grupos indígenas. Porém, ao pensar nesses Kayapó Meridionais como diversos grupos Jê, diferentes entre si, acompanhando os estudos etnológicos atuais que demonstram a complexidade organizacional de cada grupo, deve-se apontar a necessidade de mais estudos arqueológicos sistemáticos na região, a partir de análises mais detalhadas, que permitam o avanço do entendimento das particularidades locais e regionais desses povos Jê.

Os documentos históricos e os relatos orais no Triângulo Mineiro, principalmente relacionados aos trabalhos de Giraldin (1994), Lourenço (2005) e Mori (2015), trazem novos dados sobre a ocupação Jê na região demonstrando que a extinção do Kayapó Meridionais, dada como certa por muitos pesquisadores, não ocorreu de fato.

A presença dos Panará na Bacia do Rio Grande revela uma nova perspectiva para as pesquisas da região, evidenciando uma ocupação indígena que perdurou até a penúltima década do século XX, com o falecimento dos últimos descendentes identificados (ANEXO III, Prancha 5). O que aconteceu com esse grupo, permanece uma incógnita, mas pelos dados levantados na presente pesquisa, se crê que parte desses indígenas se assimilaram as comunidades locais, como pode-se observar no atestado de óbito do índio João Luiz que foi registrado como lavrador em Iturama (MG). Boa parte desses grupos Jê podem ter sido extintos em meio à guerra contra os sertanistas. Além disso, esses grupos podem muito bem ter migrado para outras regiões, em meio à expansão agropecuarista.

A tradição oral do Krenakore (Panará), apresentada anteriormente por Schwartzman (1987) reforça a hipótese de Heelas, de que os Panará que hoje se encontram no Rio Peixoto Azevedo (MT, PA), são remanescentes dos antigos Kayapó-Panará da Aldeia de Água Vermelha (MG), em conjunto com as documentações históricas e vestígios arqueológicos podem indicar o próximo caminho pra se compreender a região pesquisada.

A montagem do banco de dados com informações dos sítios da região (ANEXOS I e II), em conjunção com a documentação histórica do período colonial e os

últimos relatos sobre esses povos, permitiu a construção de um quadro que expõe as manifestações desses grupos na Bacia do Rio Grande, ao longo da história (Figura 15):

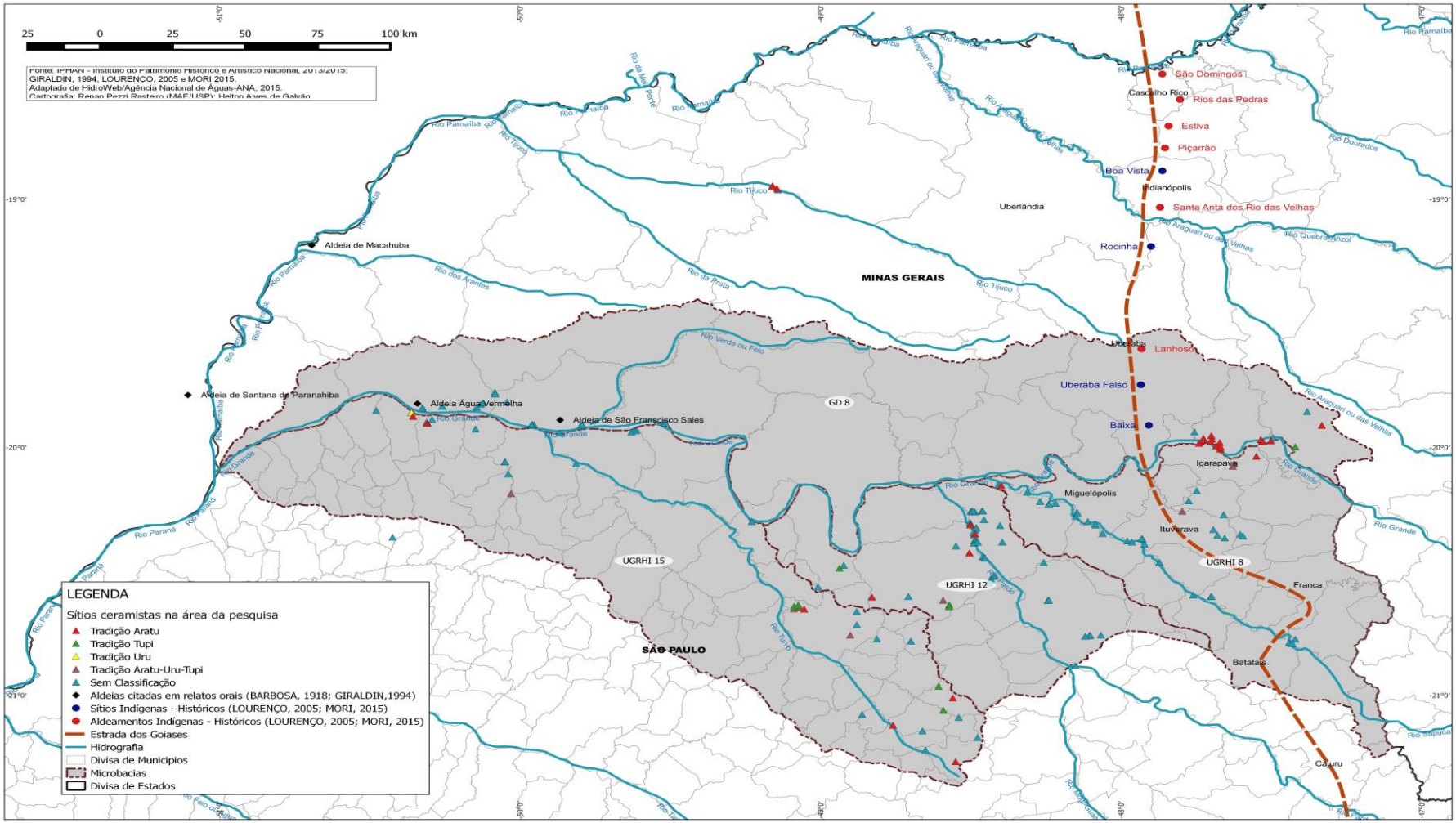

Figura 15 – Mapa da ocupação indígena da Bacia do Rio Grande (dados históricos, arqueológicos e orais)

É de se crer que, com os dados levantados até o momento, os sítios ligados aos povos Jê nesse contexto da Bacia do Rio Grande representem fenômenos socioculturais específicos, extrapolando as questões da área como corredor de influências (GOMES, 2003) ou desses povos como representantes dos processos ocorridos no Brasil Central (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001). A compreensão das ocupações indígenas no Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro é fundamental para esclarecer questões como as rotas de dispersão dos grupos Jê meridionais, dos Jê do Planalto Central, dos Tupi do norte e dos Guarani do sul, demonstrando, portanto, que a pesquisa arqueológica na região pode contribuir para um melhor entendimento do contexto espacial e temporal dos grupos ceramistas do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.

A Arqueologia é o elemento essencial para formulação dos antigos modelos de ocupação da área, que juntamente com os documentos históricos fornecidos, torna possível a construção de uma história indígena que demonstre os diversos universos culturais que habitaram o Rio Grande, contribuindo assim para o avanço da Arqueologia regional e com a inserção desses indivíduos na história local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELAAR, W. Relações externas do Macro-Jê: O caso do Chiquitano. In: **Topicalizando Macro-Jê,** ed. Stella Telles and Aldir Santos de Paula, Recife: NECTAR 2008, p. 9-28.

AFONSO, M.C. **Um Olhar para a Arqueologia Pré-Histórica do Estado de São Paulo**. Tese (Livre Docência). Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Um painel da Arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. **Especiaria**, UESC. 2009. p. 127-155.

AFONSO, M.C.; MORAES, C.A., O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do Estado de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.15/16, MAE/USP, 2006.

ALVES, M. A. Projeto Quebra Anzol: evidenciação de ocupações pré-coloniais no Vale do Paranaíba, Minas Gerais. Rio de Janeiro: **Anais da VIª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Univ. Estácio de Sá, v. 01, 1992, p. 118-126.

ALVES, M. A.; CALLEFFO, M. E. V. Sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo - estruturas de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.6 , p. 123-140. 1996.

ALVES, M. A.; MACHADO, L. C. Estruturas arqueológicas e padrões de sepultamento no sítio de Água Limpa, Monte Alto, SP. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA**,** VIII, 1995, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre, Coleção Arqueologia, EDIPUCRS,1 (2), 1995, p. 295-310.

ARAÚJO, A.G.M. **Relatório da Avaliação Preliminar de Possíveis Impactos ao Patrimônio Cultural na Duplicação das Rodovias SP-255 e SP-345. SP**, não publicado, 2000.

ATAÍDES, J. M. **Sob o signo da violência:** colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Ed. UCG. 1998. 187 p.

BACELLAR, C. A. P; BRIOSCHI, L. R (orgs)**. Na Estrada do Anhangüera. Uma Visão Regional da História Paulista.** São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

BARRETO, C. A construção de um passado pré‑colonial: uma breve história da arqueologia brasileira". **Revista USP, vol. 44 nº 1**, São Paulo. 1999/2000 p.32‑51.

BERNARDINO, G.S.; KOMISSAROV, B. N. **Os diários de Langsdorff**. Campinas, SP; Rio de Janeiro: AIEL: Fiocruz, 1997. v.2.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. **In: Escritos sobre a História.** 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41-78.

BROCHADO, J. J. P. **An ecological model of the spread of pottery and Agriculture into Eastern South America**. Thesis (PhD) – Urbana-Champaign, University of Ilinois at Urbana-Champaign. 1984.

_____. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro**, 4. Universidade Federal do Pernambuco, Clio, Recife. 1990. p. 85-88.

_____.What did the tupinambá cook in their vessels? An humble contribution to ethnographic analogy. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 6 .1991. p. 40-88.

CALDARELLI, S.B.; NEVES, W. A. Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo: 1981. **Revista de Pré-História, São Paulo,** IPH/USP, 3: 13-49, 1981.

CALDARELLI, S.B. **Projeto: Prospecção arqueológica na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão 138 Kv SE Pirangi – Usina Colombo (SP).** São Paulo, Scientia, Nov/2003.

CALDERÓN, V. A fase Aratu no Recôncavo e litoral norte do Estado da Bahia. PRONAPA n.3, **Publicações Avulsas n.13**, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1967/68.

_____. Breve notícia sobre a Arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. PRONAPA n. 4, **Publicações Avulsas n.15**, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1968/69.

_____.Contribuição para o conhecimento da Arqueologia do Recôncavo e do sul do Estado da Bahia. PRONAPA n.5, **Publicações Avulsas n.26**, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1969/70.

_____. A pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte. **Dédalo n.15**, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1972.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania (1ª ed**.), São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CASTELNAU, F. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Nacional, 1949, 2 vols.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo), v. 30, nº1**, São Paulo, jan./jun. 2011, p. 349-371.

COELHO DE SOUZA, M.S**. O traço e o círculo:** o conceito de parentesco entre os Jê e os seus antropólogos. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2002.

CORRÊA, Â. A. *Longue Durée*: História Indígena e Arqueologia. **Ciência e Cultura,** Vol.65, no.2, 2013 p.26-29.

DE BLASIS, P.A.D. (coord). **Programa de monitoramento arqueológico da faixa de depleção da UHE, Água Vermelha: fase de diagnóstico, Relatório final**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2003.

DELFORGE, A. H**. O Gerenciamento do patrimônio arqueológico em Minas Gerais utilizando-se Sistemas de Informação Geográfica**. Dissertação de mestrado Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC MG, 2010.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Vol. 22, São Paulo, Imprensa do Estado.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal**. Tese (Doutorado) Rio Grande do Sul, PUCRS, 2002.

_____. Sobre os conceitos de Etno-história e História indígena: uma discussão ainda necessária. In: OLIVEIRA, M.M.D. de. (Org.) **Anais Eletrônicos do XXI Simpósio Nacional de História**. João Pessoa. ANPUH/UFPB. 2003. p. 01-08.

_____. Cultura material e identidade étnica na Arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Revista Sociedade e Cultura.**v.10. n. 1. 2007. p. 95-113.

EREMITES DE OLIVEIRA, J; VIANA, S. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP, São Paulo, 44(1)**. 2000, p. 142-189.

ESCHWEGE, W. L. v. **Brasil, novo mundo**. Domício de Figueiredo Murta (Trad). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

FAGUNDES, M. **Sítio Rezende: das cadeias operatórias ao estilo tecnológico – um estudo da dinâmica cultural no médio vale do Paranaíba, Centralina, MG.** São Paulo: dissertação de mestrado, MAE/USP, 2004.

_____. **Relatório de Pesquisa Arqueológica em Ituiutaba – MG**. Belo Horizonte - MG. Ambiento. 2009.

_____. **Relatório de Pesquisa Arqueológica em Cachoeira Dourada - MG.** Diamantina – MG. UFVJM/LAEP. 2011.

FERNANDES, S. C.G. **Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do Vale do Rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a tradição Aratu-Sapucaí.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2001.

GIANNINI, I. V. **A ave resgatada: "A impossibilidade da leveza do ser"**. São Paulo: USP, 1991. 205 p. (Dissertação de Mestrado)

GIRALDIN, O. **Cayapó e Panara**: Luta e sobrevivência de um povo. Dissertação (Mestrado) – Campinas, UNICAMP-SP, 1994.

_____. **Renascendo das cinzas**: Um histórico da presença Cayapó-Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro. Sociedade e Cultura. Revista de Ciências Sociais, Vol.3, 2000, p.1-23

GOMES, D.M.C. A distribuição da tradição Aratu no território brasileiro. In: **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista, SP-070 – Rodovia Carvalho Pinto**, Scientia Consultoria Cientifica. São Paulo. 2003.

GOSDEN, C. **Postcolonial Archaeology:** Issues of culture, identity and knowledge. In: HODDER, I. (ed), Archaeological Theory Today. Cambridge: Polity Press, 2001.

_____. **Archaeology and Colonialism:** Cultural Contact from 5000 BC to the Present. Cambridge: Cambridge University Press. 2004

GUHA, R. On some aspects of historiography of colonial India. In:_____. **Subaltern Studies I**. Delhi: Oxford University Press. 1982. P. 01-08.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no *longue duree*, 1000‑2000 d.C. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER,M.B. (Eds.). **Os povos do Alto Xingu: historia e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, p. 21‑62.

HEELAS, R. **The social organisation of the Panara, a Ge tribe of Central Brazil**. Ph.D.THESIS. University of Oxford. 1979.

HODDER, I. Archaeological reflexivity and the local voice. **Anthropological Quarterly.** v. 76. n.1. 2003. p. 55-69.

_____. **Archaeology as long‑term history.** Cambridge: Cambridge University Press. 2009 [1987].

JUNQUEIRA, P; MALTA, I. . **Eia/Rima do Patrimônio Arqueológico da Área da UHE Igarapava**. 1988.

_____. **Inventário Arqueológico da UHE Igarapava**. 1989.

_____. **Salvamento Arqueológico da UHE Igarapava**. 1997.

_____**.Salvamento Arqueológico da UHE Igarapava.** 1998.

KELLY, K. Indigenous Responses to Colonial Encounters on West African Coast: Hueda and Dahomey. In: LYONS, C.L; PAPADOPOULOS, J. K (eds). **Archaeology of Colonialism**. Getty Research Institute, Los Angeles. 2002, p. 96-120.

KOK, G.P. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec. Fapesp, 2004, 278 p.

LANGEBAEK, C.H. Historia y arqueologia. Encuentros y desencuentros. **Historia Critica**, Colômbia, nº 27, 2005 p.111‑124.

LÉVI-STRAUSS, C. Voltas ao Passado. **Mana, Estudos de Antropologia Social 4 (2)**. 1998, p. 107-117

_____História e Etnologia. In: **Antropologia Estrutural**. Cosac Naify [1958]. 2008.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das Minas: índios, escravos e homens livres numa fronteira oitocentista.** (1. ed.) Uberlandia: Edufu, 2005, 352 p.

LOWIE, R. H. The Southern Cayapó. In: STEWARD, J. H. (ed.). ***Handbook of South American Indians*, Vol. 1: The marginal tribes**. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Publishing Office. 1946. p. 519-540.

LYDON, J.; RIZVI, U.Z. Introduction: Postcolonialism and Archaeology. In: _____. **Handbook of Postcolonial Archaeology**. World Archaeological Congress Research Handbooks in Archaeology, v. 3; Left Coast Press, Walnut Creek, CA, 2010, p. 17-33.

LYONS, C.L; PAPADOPOULOS, J. K. Archaeoloy and Colonialism. In: LYONS, C.L; PAPADOPOULOS, J. K (eds). **The Archaeology of Colonialism.** Getty Research Institute, Los Angeles, 2002, p. 1-23.

MANO, M**. Os campos de Araraquara:** um estudo de História indígena no interior paulista / Marcel Mano. - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

MARANCA, S. et. al. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista de Museu de Arqueologia e Etnologia, 4**. São Paulo. 1994. p. 223-226.

MEDEIROS, J.C. Cultura **material lítica e cerâmica das populações pré-coloniais dos sítios Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: estudo das cadeias operatórias.** São Paulo: dissertação de mestrado, MAE/USP, 2007.

MELIÀ, B. El Guaraní Conquistado y Reducido. **Ensaios de Etnohistoria. 4ª Ed**. Asunción: CADUC: CEPAG, 1997.

MENDONÇA DE SOUZA, A. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas, Antropologia.** São Leopoldo, n.46. 1991. p. 01-147.

MEYER, J. **Brasilien und Guiana**. (with) Umgebung von Rio de Janeiro. E. Biedermann sculp. Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens da São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

MORAES, C.A. **Arqueologia Tupi no Nordeste do Estado de São Paulo: Um estudo de variabilidade artefatual**. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2007.

MORAIS, J. L. Arqueologia da região Sudeste. **Revista da USP**, **44.** São Paulo. 1999-2000. p. 194-217.

MORI, R. **Os Aldeamentos Indígenas no Caminho dos Goiases: Guerra, Etnogênese e Identidade no "Sertão do Gentio Cayapó" (Sertão da Farinha Podre). Goiás (1748 – 1816) e Minas Gerais (1816 – 1840).** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. 2015.

MOTA, L.T. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória (UNESP), v. 10 nº 2.** São Paulo. 2014, p. 5-16.

MOTA, L.T.; RODRIGUES, I.C. **A questão indígena no livro didático:** "Toda a História. Hist. Ensino, v.5, out, 1999, p.41-59.

NEME, M. Dados para a História dos índios Caiapós. **Anais do Museu Paulista**, 23, 1969, p. 101- 147.

NEVES, E.G. Os índios antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil. In: SILVA, A.L.da; GRUPIONI, L.D.B. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores do 1º e 2º grau**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995, p. 171-196.

_____. **Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the northwest Amazon**. Tese de doutorado. Indiana University, Estados Unidos. 1998

NIMUENDAJÚ, C. . The Eastern Timbira. In: LOWIE, R.H (Ed). **American Archaeology and Ethnology.** v. 41. University of California Publications. 1946.

_____. Os Gorotire. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série. 1952. VI. p. 427- 453.

_____. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982. p. 251.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó**: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia de subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio do Delta do Jacuí. Dissertação (Mestrado) – Porto Alegre, PUC-RS, 1993.

OVERING, J. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões, **Mana. Estudos de Antropologia Social, 1 (1)** 1995 p. 107-140.

PALLESTRINI, L. Cerâmica há 1500 anos. Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série. Universidade de São Paulo, 28: 115-129. 1981.

PEREIRA Jr., J.A. Contribuição para o estudo da Arqueologia do extremo norte paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 54: 313-357, 1957.

POHL, J. E. **Viagem pelo interior do Brasil (1817-1821).** São Paulo: EDUSP/BH, Itatiaia, 1976.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

_____. **O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro. 2ªEd. Zahar, 2013.

RAVAGNANI, O. M. **Aldeamentos oficiais goianos**. Araraquara: Dep. De Antropologia/Unesp, 1987. (Mimeo.)

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Ser. v.4 p.265‑82. 1996.

RIBEIRO, E. R; van der VOORT, H. Nimuendaju was right: the inclusion of the Jabutí language family in the Macro-Jê stock. **International Journal of American Linguistics, Vol. 76.** University of Chicago. 2010 p. 517-570.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, 6: 83-121. 1996a.

_____. **Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996b.

_____. São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais. IN: **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro. 2000.** (CD-ROM).

_____. As aldeias circulares do Brasil Central. IN: MAE/USP. **Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial**. MAE/USP. 2001. p. 35-43.

ROBRAHN-GONZÁLEZ et. al. **Água Vermelha, Pesquisa Arqueológica de Salvamento**. Relatório CESP. MAE / USP. 1998.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.; BORNAL, W. **Programa de prospecção e resgate arqueológico Ponte de concreto particular (travessia) sobre o rio Pardo**, municípios de Pontal e Morro Agudo, Estado de São Paulo**.** Relatório Final. São Paulo. 2006.

RODRIGUES, R. A**. Programa de prospecções arqueológicas na área de ampliação do plantio de cana-de-açúcar do empreendimento usina Bela Vista, região de Pontal, estado de São Paulo**.2008.

ROJAS. J. L. **La Etnohistoria de América**. Los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires, SB. 2008.

ROOSEVELT, A. Resource management in Amazonia before the conquest: beyond the ethnographic projection. **Advances in Economic Botany, n. 7**. 1989. 30-62.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SAINT HILAIRE, A de. **Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo**. São Paulo. Livraria Martins Editora S.A., 1975.

SAHLINS, M. D. **Cultura na Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2000. p. 680.

SCARPARO, C. História Indígena e o Patrimônio Arqueológico do Pontal do Triângulo Mineiro. **Anais Eletrônicos da II Semana de História do Pontal 26, 27 e 28 de junho de 2013 – Ituiutaba, MG.** 2013

SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**. USP - São Paulo, Separata do n. 18. 1954. p. 396-411.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S. **Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás**. Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, São Leopoldo, RS, 1985.

SCHMITZ, P.I et. al. Arqueologia do Centro Sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil **Pesquisas, Antropologia**, Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, 33: 49-102, 1982.

SCHWARTZMAN, S. **The Panara of the Xingu National Park: the transformation of a society**. Ph.D. THESIS. University of Chicago. 1987.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA**. Diagnóstico arqueológico e histórico-cultural: área de ampliação do processo produtivo industrial e agrícola da Companhia Energética São José, Colina – SP,** Agosto de 2006.

_____. Prospecção Complementar e Salvamento Arqueológico na LT 600 kV Porto Velho/RO – Araraquara/SP – N2 – Relatório Parcial. São Paulo, 2014.

SILLIMAN, S. W. Writing new archaeological narratives: indigenous North America. In: LYDON, J.; RIZVI, U.Z (eds.). **Handbook of Postcolonial Archaeology**. World Archaeological Congress Research Handbooks in Archaeology, v. 3; Left Coast Press, Walnut Creek, CA, 2010. p. 145-163.

SILVA, F. A. **As tecnologias e seus significados:** um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva Etnoarqueológica. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado), FFLCH/USP, 2000.

_____. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Revista Métis: História & Cultura, vol. 08 nº16**. 2009. p. 121-139.

STEIN, G.J. Introduction: The comparative Archaeology of colonial encounters. In:_____. **The archaeology of colonial encounters:** comparative perspectives. 1st.ed. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press. 2005. p.03-31. cap.1.

STEWARD, J. H; FARON, L. C. **Native peoples of South America** .New York: McGraw-Hill), 1959.

TAUNAY, A. E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Cantou, 1929.

_____.**Relatos sertanistas.** Ed. Martins Fontes. 1976.

_____ (1876-1958). **São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no séc. XVI: História da Vila Piratiningana.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TRIGGER, B. Archaeology and the image of the American Indian. **American Antiquity.** 45 (4). 1980. p. 662-676.

_____. Ethnohistory: problems and prospects. **Ethnohistory, vol.29**. 1982.

TURNER, T. Os Mebengokre Kayapó: História e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 1992. p. 311-338.

_____. Kinship, household and community structure among the Kayapó. In: MAYBURY-LEWIS, D. (Ed.) **Dialetical Societies**. Cambridge, Mass. & London: Harvard University Press, 1979. p. 179-214.

URBAN, G. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 87-102.

VARNHAGEN, F.A. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos. 1978 [1854]. p. 30.

VASCONCELLOS, E. A. Fontes históricas sobre os Cayapó do Sul. **Anais do Seta**, v. 4. Campinas. IEL-UNICAMP. 2010. p. 252 – 265.

WISSLER, C (Org.). The Indians of Greater New York and the Lower Hudson. **Anthropological Papers of the American Museum of Natural History, v. 3.** New York: Hudson-Fulton Publication/Order of the Trustees, 1909. Disponível em: <http://digitallibrary.amnh.org/dspace/handle/2246/283>. Acesso em: 03 nov. 2015.

WÜST, I. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo. Suplemento 3. 1999. p. 303-317.

_____. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás – tentativa de análise espacial**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo. 1983a.

_____. A pesquisa etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. **Arquivo do Museu de História Natural, 8-9**. Belo Horizonte. 1983b, p. 285-296.

WÜST, I.; BARRETO, C. Ring Villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, 10 (1). 1999. p. 03-22.

YOFFEE. N. **Mitos do Estado arcaico:** evolução dos primeiros Estados, cidades e civilizações. Trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2103, 352 p.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA Ltda. **Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico**. Área destinada à instalação de planta industrial, Usina Guarani S/A – Unidade Pedranópolis. Município de Pedranópolis, Estado de São Paulo. Relatório Final, 2007.

_____. **Programa de Gestão de Recursos Arqueológicos Nardini Agroindustrial Ltda.** Municípios de Bebedouro, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Pirangi, Taiaçu, Taiúva, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto Estado de São Paulo. Relatório Final, 2008a.

_____. **Programa de resgate e monitoramento arqueológico. Usina Guarani S/A – Açúcar e Álcool (Usina Cruz Alta – Unidade III)**, Município de Olímpia, Estado de São Paulo. Relatório Final, 2008b.

_____. Mosaico Paulista: guia do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo. São Paulo, 1. Ed. 2010.

ZANETTINI, P. et al. **Relatório preliminar de sistematização de fontes diversas e dados obtidos por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IPHAN (9aSR/SP) e a Empresa Zanettini Arqueologia em setembro de**. Boletim de 2009, São Paulo, 2009.

SITES CONSULTADOS

- Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate.php>. Acesso em: 02 de agosto de 2015.
- Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/186>Acesso em: 13 de julho de 2014
- Disponível em: <http://www.documentoculturalaestiete.com/group/mapas-de-trabalho> Acesso em: 14 de setembro de 2015
- Disponível em: <http://www.documentoculturalaestiete.com/>. Acesso em: 15 de outubro, 2015.
- Disponível em: <http://www.grande.cbh.gov.br/GD8.aspx>. Acesso em: 03 de setembro de 2015.
- <http://www.uheigarapava.com.br/zpublisher/materias/levantamentoarqueolgico.asp?id=15>>. Acesso em 04 de setembro de 2015.
- Disponível em: < http://www.davidrumsey.com/maps513.html>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV